



SOCIEDADE
CIENTÍFICA DO
DIREITO

30
ANOS

edição

09

A história da Pós-Graduação
no Brasil e da Sociedade
Científica do Direito reunida
em fatos e imagens.

REVISTA
CONPEDI

EDIÇÃO ESPECIAL





CONSTITUCIONAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO
19 a 21 de junho
Goânia - GO

...INDOS!

...EM-VINDOS!
ao
ENCONTRO
NACIONAL



IIDH
INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS
INSTITUT INTERAMERICAN DES DROITS DE L'HOMME
INSTITUTO INTERAMERICANO DE DRETTOS UMANOS
INSTITUTE OF HUMAN RIGHTS



CONPEDI

Faça parte desta história.
Associe-se
www.conpedi.org.br



Sociedade Científica do Direito



EDITORIAL

A constituição do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito decorreu da necessidade dos programas de mestrado e doutorado em Direito estabelecerem políticas de gestão e avaliação internas demandadas pela CAPES.

No final do anos 80, a Área possuía em torno de dezessete cursos de mestrado e não mais do que 5 doutorados, em que praticamente todos os Programas funcionavam em universidades públicas. Uma curiosidade importante sobre esse período é que entre 1987 e 1989, o único programa de mestrado e doutorado com conceito "A" era o da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Por isso, na época, a importância desse Programa em formar mestres e doutores que hoje estão atuando em todas as regiões do país e do exterior.

O registro se faz importante destacar pelo fato de que historicamente a criação do CONPEDI está diretamente associada à dinâmica aglutinadora que o Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da UFSC exercia para a criação e desenvolvimento dos demais Programas brasileiros. Foi durante um Encontro Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em Direito, realizado em Florianópolis, em 1993, que aprovou-se a resolução de retomar as atividades de organização do CONPEDI, com a finalidade de incentivar e coordenar as atividades de ensino e pesquisa jurídica de alto nível.

A tarefa era resgatar a proposta de fundação, subscrita em 17 de outubro de 1989, por valorosos professores e estudantes. Nossas mais sinceras homenagens e respeito a todos esses ilustres acadêmicos que figuram como sócios fundadores de nossa Sociedade Científica do Direito no Brasil.

Durante os primeiros anos, o CONPEDI funcionou exclusivamente como um Fórum de Coordenadores de Mestrados e Doutorados a fim de discutir critérios de avaliação para a área do Direito. Mas foi a partir de 2004 que os eventos ganharam uma nova dimensão, contando com a inclusão de Grupos de Trabalhos. Ao longo dos anos, os GTs tornaram-se espaços abertos e públicos para a apresentação de pesquisas desenvolvidas em todo o país.

Nossos eventos cresceram em quantidade e qualidade, proporcionando a apresentação de artigos científicos que já ultrapassam a soma dos vinte e cinco mil trabalhos. Somos, hoje, mais de quatro mil pesquisadores associados, além de trinta mil pessoas cadastradas e os mais de mil e quatrocentos avaliadores doutores ativos no Cadastro Nacional e Internacional de Avaliadores do CONPEDI - CNIAC. Tudo isso demonstra, na prática, nosso caráter associativo e a capilaridade da nossa representação no universo da pesquisa jurídica.

Desde então temos realizados eventos em todas as regiões brasileiras, buscando cada vez mais valorizar a

São inúmeros os desafios que enfrentaremos nos próximos capítulos de nossa história, mas estou certo que continuaremos a ser voz atuante na formulação de uma política científica nacional, na defesa dos espaços acadêmicos e do pensamento plural.

integração acadêmica de nosso grandioso território nacional. No exterior, o CONPEDI já realizou dez Encontros em parcerias com universidades de grande prestígio internacional. Fator que impulsiona a internacionalização da Área na medida em que os Encontros Internacionais proporcionam convênios e intercâmbios entre distintas instituições do Brasil e de fora.

Nos últimos cinco anos, o CONPEDI tem investido em modernização: criou seu próprio sistema automatizado de recebimento e avaliação de artigos, integrado com a parte financeira e administrativa de nossa secretaria. Conquistamos nossa sede institucional, permitindo, assim, comportar uma equipe que profissionalizou nossa gestão financeira, administrativa e de comunicação. E, desde 2017, iniciamos a construção da plataforma digital Index Law Journals, uma ferramenta que possibilitará dar maior visibilidade para as publicações internas e das instituições parceiras ao CONPEDI. Diante de todo esse quadro, acreditamos que as diretorias do CONPEDI vêm dando prosseguimento às diretrizes estabelecidas pelo grupo de

professores reunidos em novembro de 1993, quando decidiram pela retomada das atividades de nossa Associação Científica. De forma que, nossa história tem sido construída por inúmeras mãos.

Sinto profunda honra em fazer parte desta trajetória, e tenho convicção de que o CONPEDI chega aos 30 anos de atividade graças ao esforço coletivo de seus associados, em especial pelo empenho e pioneirismo de distintas gestões. Aqui temos defendido os interesses da Área e conquistamos, ao longo desses anos, uma rede de Pós-graduação ativa e produtiva academicamente. São inúmeros os desafios que enfrentaremos nos próximos capítulos de nossa história, mas estou certo que continuaremos a ser voz atuante na formulação de uma política científica nacional, na defesa dos espaços acadêmicos e do pensamento plural.



Orides Mezzaroba

Presidente do CONPEDI
(Gestão 2017/2020)

Expediente

CONPEDI - CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO / GESTÃO 2017/2020 **PRESIDENTE** Prof. Dr. Orides Mezzaroba (UFSC) **DIRETORA EXECUTIVA** Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini (Unimar / FMU) **VICE - PRESIDENTE CENTRO-OESTE** Prof. Dr. José Querino Tavares Neto (UFG) **VICE-PRESIDENTE NORDESTE** Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva (UFS) **VICE - PRESIDENTE SUDESTE** Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza (UFMG/PUCMG) **VICE - PRESIDENTE NORTE** Prof. Dr. Jean Carlos Dias (Cesupa) **VICE-PRESIDENTE SUL** Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (Unisinus) **SECRETARIAS / SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS** Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues (IMED), Prof. Dr. Valter Moura do Carmo (UNIMAR) e Prof. Dr. José Barroso Filho (UPIS/ENAJUM) **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO** Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC), Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali) e Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC) **SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O CONTINENTE AMERICANO** Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas (UFG), Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho (UFBA) e Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos (UFMA) **SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA OS DEMAIS CONTINENTES** Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr (Unicuritiba), Prof. Dr. Rubens Beçak (USP) e Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato (Unipê/UFPB) **SECRETARIA DE EVENTOS** Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM), Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor) e Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec) **REPRESENTANTE DISCENTE - FEPODI** Yuri Nathan da Costa Lannes (Mackenzie) **CONSELHO FISCAL (TITULARES)** Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim (UCAM), Prof. Dr. Aires José Rover (UFSC) e Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado (UNIVEM/UENP) **CONSELHO FISCAL (SUPLENTES)** Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva (UDF) e Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa (UENP) **MEMBRO-NATO - PRESIDÊNCIA ANTERIOR** Prof. Dr. Raymundo Juliano Feltosa (UNICAP) **REVISITA CONPEDI EDITORES** Rui de Oliveira e Simone Fraga **REDATORES** Eduardo Soares de Lara e Bianca Jung **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO** Gabriel Nemer Neves **ILUSTRAÇÃO** Gabriel Nemer Neves **COLABORADORES** Ana Caroline da Silva, Gisele Grazielle Bento, Júlia Malicheski, Karina de Souza, Karine Soares de Mello e Patrícia Coelho **IMAGENS** Arquivo CONPEDI e Shutterstock **TIRAGEM** 5 mil exemplares **WWW.CONPEDI.ORG.BR**

Sumário

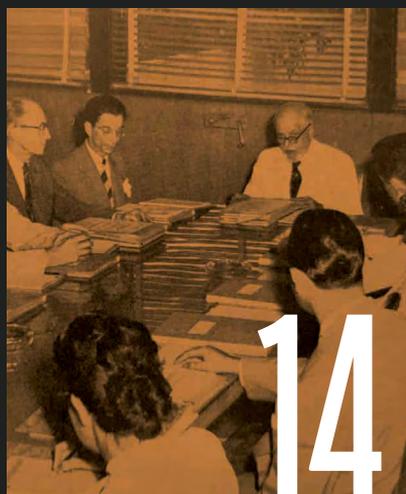
Os principais acontecimentos da história da Pós-Graduação em Direito no Brasil



8

Uma universidade necessária

Em nosso país, a questão da universidade é um desafio que envolve o conjunto de toda sociedade



14

Os primeiros cursos de pós-graduação

Com a Reforma Universitária promovida pelo ministro da educação Francisco Campos, também surge os primeiros modelos e experiências de pós-graduação no país

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil

Com a chegada da Família Real Portuguesa surgem as primeiras instituições de ensino

10



17

Impulsionando a pesquisa nacional

Personalidades e entidades que foram decisivas para o fomento e fortalecimento da pesquisa

Os anos de chumbo

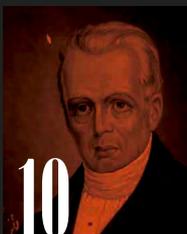
Em meio ao ambiente autoritário e repressivo, uma série de reformas moldou a estrutura contemporânea da pós-graduação



20

Surgimento do ensino jurídico

A criação do ensino jurídico marca um novo impulso no ensino superior brasileiro



10



12

Era Vargas e a primeira expansão universitária

As primeiras reformas universitárias e a ampliação do ensino superior



20

Redemocratização

A abertura política possibilitou a organização da sociedade civil e a discussão pública sobre os rumos educacionais da nação



22

O CONPEDI

Na condição de Sociedade Científica do Direito no Brasil, o CONPEDI surge para fortalecer e integrar a rede de pesquisadores e da pós-graduação do Direito nacional



23

Visionários

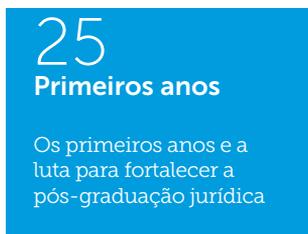
Os personagens que marcaram a fundação do CONPEDI



24

José Alfredo Baracho

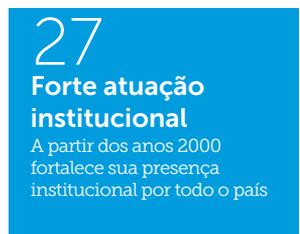
O primeiro presidente e sua trajetória acadêmica



25

Primeiros anos

Os primeiros anos e a luta para fortalecer a pós-graduação jurídica



27

Forte atuação institucional

A partir dos anos 2000 fortalece sua presença institucional por todo o país



29

O patrono

Uma homenagem ao mestre e jurista dedicado em criar o CONPEDI



29

Estrutura administrativa

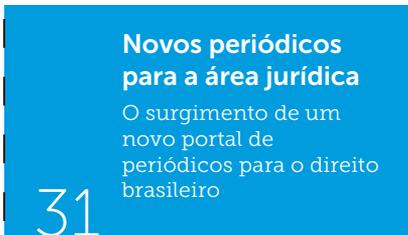
A estrutura que permite dar o suporte necessário para as gestões da Entidade



30

Impulsionando a pesquisa jurídica

Primeiras publicações e o esforço por modernizar a submissão de trabalhos



31

Novos periódicos para a área jurídica

O surgimento de um novo portal de periódicos para o direito brasileiro



32

Internacionalização

Eventos que projetam a pesquisa para o mundo



33

Comunicação institucional

O desafio de fazer uma comunicação mais próxima dos associados



34

XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

Congresso reúne acadêmicos de todo o país em um grande evento de integração e socialização científica, em uma das cidades mais belas da Região Norte



38

HOMENAGEM

O trabalho intelectual de António José Avelãs Nunes



40

DIREITO CESUPA

Renovação no ensino jurídico paraense



UMA

UNIVERSIDADE

NECESSÁRIA



Em nosso país, a questão da universidade é um desafio que envolve o conjunto de toda sociedade.

São consideráveis os desafios envolvidos no desenvolvimento e execução de uma política educacional capaz de responder aos anseios de uma nação. A edificação de um país democrático, soberano e socioeconomicamente próspero perpassa pela existência de um sistema educativo em condições de incorporar parcelas significativas de sua população, em diferentes níveis da instrução e do saber.

Nas últimas décadas, o Brasil esforçou-se em atenuar algumas de suas históricas mazelas, ampliando de forma significativa a presença do Estado em diversas áreas. Todavia, a questão educacional ainda é um desafio que envolve o conjunto da sociedade, especialmente no tocante ao acesso universal, à qualidade e sustentabilidade financeira das instituições públicas de ensino.

No caso do ensino superior, o surgimento tardio das universidades em nosso país acarretou obstáculos desafiadores para o presente e o futuro. Uma verdadeira corrida contra o tempo perdido, visto que a pesquisa e inovação procedentes das instituições de ensino superior proporcionam a transformação do saber em

riqueza e crescimento econômico.

Atualmente vivenciamos um tocante momento de incerteza em nossa política educacional, na medida em que se consolida na sociedade uma torpe visão sobre as reais necessidades orçamentárias de nossas universidades e o valor da pesquisa produzida por elas. São tempos contraprodutivos para a ciência brasileira, uma vez que nossos pesquisadores dependem do pouco recurso oriundo das bolsas públicas de nossas agências de fomento.

O CONPEDI, na condição de Sociedade Científica do Direito, ao longo de seus 30 anos de atuação em defesa do ensino jurídico e da pós-graduação, não se furta, em conjunto com outras entidades científicas, em defender, promover e consolidar uma política nacional de valorização da educação e da pesquisa acadêmica no país.

Esta revista busca contar a história de protagonismo de uma Área que não começa nos dias de hoje. Pelo contrário, é a continuidade de um esforço cuja origem está nos primórdios da educação superior no Brasil, desde o surgimento dos primeiros cursos de Direito, no início do século XIX.

Mesmo que o Brasil contemporâneo tenha reparado algumas de suas mazelas sociais nas últimas décadas, a questão educacional ainda é um desafio que envolve o conjunto da sociedade.

Linha do tempo

Acompanhe os principais acontecimentos da história do ensino superior brasileiro.



As primeiras instituições de ensino superior surgem com a chegada da família real e da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808.

Óleo sobre tela. Armando Martins Viana. Século XX. Museu da Cidade, Rio de Janeiro

1808

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil

O advento do ensino superior é um processo profundamente ligado ao progresso social, político e econômico de cada país. No Brasil, as primeiras instituições desse nível de instrução remetem ao momento em que a cidade do Rio de Janeiro foi estabelecida como capital do Reino de Portugal no ano de 1808, na ocasião da transferência da corte portuguesa para o Brasil.

Com a chegada da Família Real, uma série de transformações ocorreram, especialmente no campo da cultura e da educação. No mesmo ano foram criadas a Escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador e no Rio de Janeiro,

além da Academia da Guarda Marinha.

Em 1810 é estabelecida a Biblioteca Nacional e a Academia Real Militar, seguidos pelo Jardim Botânico em 1811, e cursos práticos de agricultura na Bahia no ano de 1812 e no Rio de Janeiro em 1814. Além disso, em 1816 houve a presença da Missão Artística Francesa e a fundação da Academia de Belas Artes. Em 1818, a criação do Museu Real.

Surgimento do ensino jurídico

Durante anos, o ensino superior foi um privilégio acessível a poucas famílias. Na sua grande maioria, oriundas de fidalgos instalados na Colônia, donos de engenhos e grandes garimpos, contrabandistas de escravos, abastados comerciantes e, sobretudo, políticos e altos

funcionários públicos em condições de enviar seus filhos para os grandes centros de ensino na Europa.

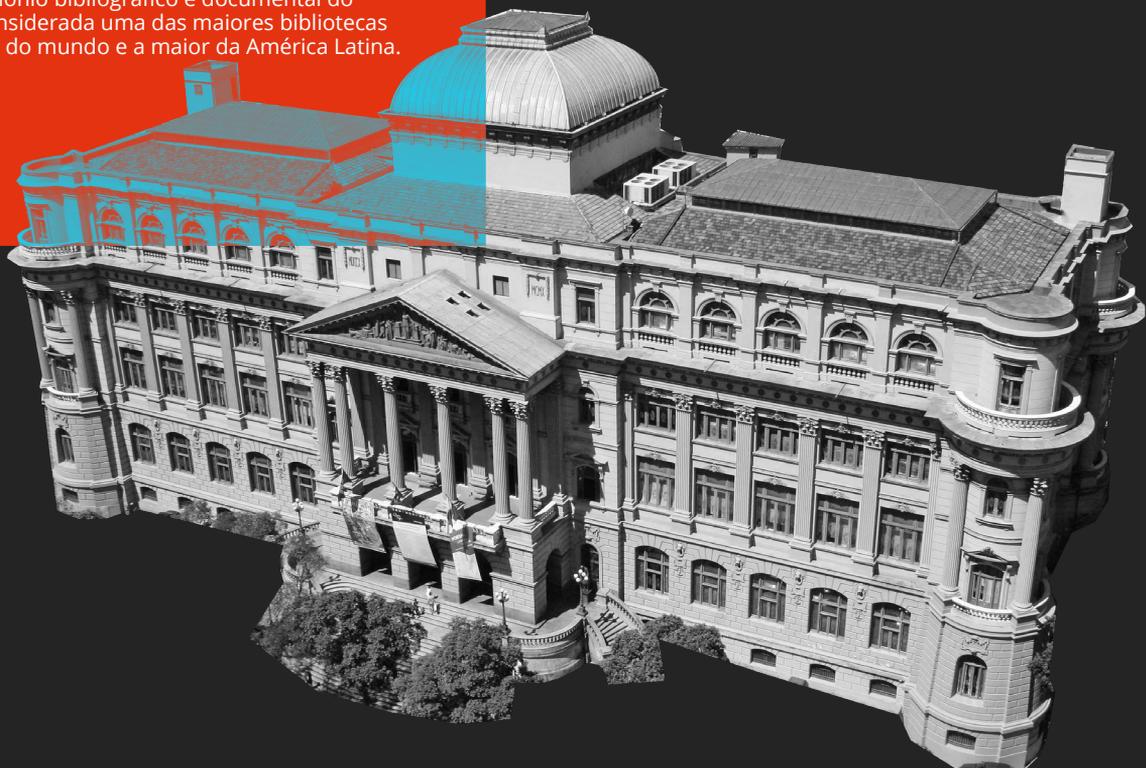
Visando a formação nos estudos jurídicos, a Universidade de Coimbra foi o destino mais comum entre os jovens nascidos em territórios brasileiros. Entre os notáveis nomes instruídos por Coimbra encontram-se José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como Patriarca da Independência, e que estudou Ciências Naturais e Direito em 1784. Além de Lucas Antônio Monteiro de Barros, o Visconde de Congonhas do Campo, que mais tarde tornaria-se o primeiro presidente brasileiro do Supremo Tribunal Federal.

Somente em 1823, durante o processo constituinte, uma proposição de autoria do deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro sugestiona a criação de um curso jurídico no Brasil. Debruçados sobre o projeto do

A Biblioteca Nacional foi uma das primeiras instituições criadas. Atualmente é depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, considerada uma das maiores bibliotecas nacionais do mundo e a maior da América Latina.

Foto: Halleypo

1810





1823

José Feliciano Fernandes Pinheiro, também conhecido como Visconde de São Leopoldo. Foi deputado pelo Rio Grande do Sul durante a Assembléia Constituinte de 1923, onde defendeu a criação de uma universidade no Brasil. Em 1827 tornou-se ministro da Justiça, conseguindo viabilizar a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda.

Obra que integra o acervo do Museu Paulista da USP. Coleção Fundo Museu Paulista - FMP

Durante anos, o ensino superior foi um privilégio acessível a poucas famílias. Poucos tinham condições de enviar seus filhos para os grandes centros de ensino na Europa.

Universidade de Coimbra

Uma das mais antigas universidades do mundo ainda em funcionamento. Durante anos foi o destino mais comum entre os jovens de famílias ricas nascidos em território brasileiro.

Foto: Shutterstock



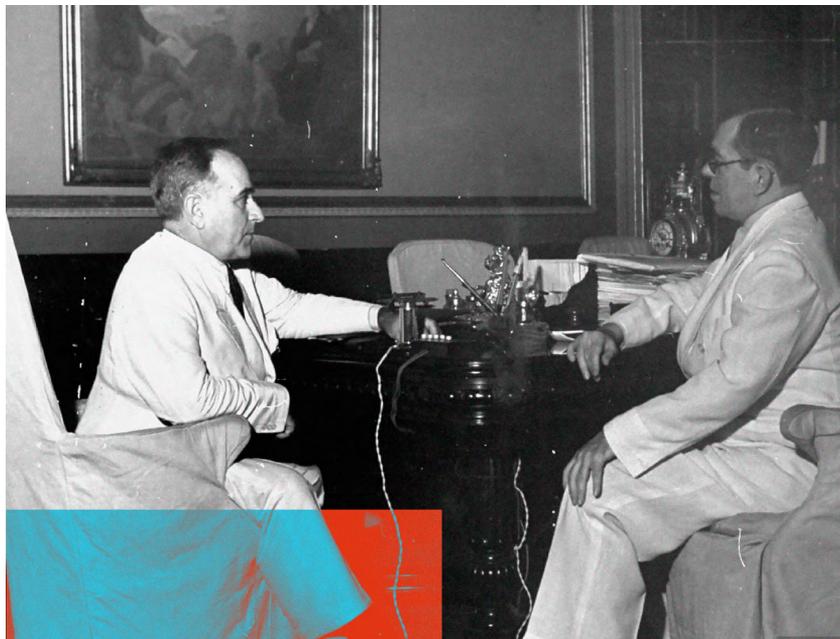
que seria a primeira faculdade de Direito no país, os parlamentares empenham-se na discussão sobre o estatuto, assim como questões relativas à organização do corpo docente, grade curricular e os recursos necessários.

Porém, uma série de interesses regionais inviabilizaram o projeto, uma vez que os deputados estiveram em desacordo sobre a localização da futura instituição.

Com a dissolução da Constituinte, o projeto foi aprovado somente na sessão de 04 de julho de 1826 da Assembleia Geral Legislativa, e convertido em lei no dia 11 de agosto de 1827, criando oficialmente o curso de Ciências Jurídicas e Sociais nas cidades de Olinda e São Paulo.

Era Vargas e a primeira expansão universitária

Até 1889, ano da Proclamação da República, o ensino superior desenvolveu-se lentamente, contando com somente seis escolas superiores. Eram instituições organizadas na forma de faculdades isoladas, voltadas para a formação de profissionais liberais.



Getúlio Vargas e o jurista Francisco Campos, que em 1930 foi nomeado o primeiro ministro da Educação e Saúde Pública.

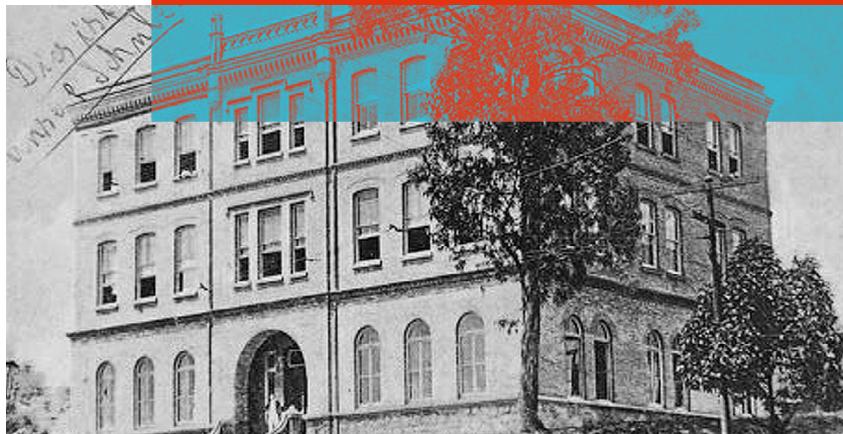
J. Phillips. Vida

1930

1891

Em 1891 a Constituição permitiu a oferta de ensino superior por entes privados e o país passou a viver sua primeira significativa expansão no setor. A Universidade Presbiteriana Mackenzie foi uma das instituições que se consolidou nesse período.

Edifício Mackenzie



Em suma, as faculdades buscavam a formação de quadros profissionais para a administração do Estado com o intuito de ocupar postos privilegiados e garantir prestígio social. De cunho exclusivamente profissionalizante, essas instituições se dissociavam da investigação científica como conhecemos hoje.

Favorecida pela Constituição de 1891, a qual estabeleceu a possibilidade legal de que a educação pudesse ser oferecida por entes privados, o país passou a viver sua primeira significativa expansão no setor.

No ano de 1900, apenas 10.000 estudantes encontravam-se matriculados em 24 estabelecimentos de ensino superior. Em três décadas o país passaria a contar com uma centena de instituições, muitas delas criadas pelo setor privado, especialmente pela iniciativa confessional católica e que, juntamente com as instituições públicas, asseguravam em torno de 30 mil matrículas.

Com o final da República Velha e o triunfo da Revolução de 1930, Getúlio Vargas à frente do governo provisório deu início a uma série de transformações com o objetivo de estabelecer uma nova ordem constitucional. Um de seus primeiros atos foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 14 de novembro de 1930, com a nomeação do seu primeiro ministro, o advogado e jurista Francisco Campos.

Incumbido de promover uma completa reforma na legislação educacional, Campos introduziu decretos que possibilitaram uma estrutura orgânica do ensino secundário, comercial (ensino médio profissionalizante) e superior.

No centro da Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, encontrava-se a preferência pelo sistema universitário em detrimento das antigas escolas superiores de formação profissional. Entre os decretos, é pertinente destacar a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto nº. 19.850), o ato que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº. 19.851) e a constituição da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº. 19.852).

No ano de

1900

Apenas

10.000

estudantes encontravam-se matriculados em

24

estabelecimentos de ensino superior

1931

Fachada do Palácio Universitário da Universidade do Rio de Janeiro. Mais tarde denominada Universidade do Brasil.

Palácio Universitário Foto: Acervo Coordcom





Os PRIMEIROS CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO

Com a Reforma Universitária promovida pelo ministro da educação Francisco Campo, também surge os primeiros modelos e experiências de Pós-Graduação no país.



Com a reforma, o governo provisório articulou uma série de medidas cruciais para o desenvolvimento do ensino superior brasileiro. O projeto universitário contido no Estatuto das Universidades Brasileiras permitiu a integração de diversas escolas e faculdades a uma nova organização administrativa, sendo considerada, até hoje, um dos primeiros marcos estruturais da regulação legislativa da educação superior brasileira.

Assim foi possível definir um modelo conciliando a ideia de uma universidade centrada no desenvolvimento de um alto padrão de cultura com as necessidades de formação profissional. Dispondo sobre a organização do ensino superior, o Estatuto, em seu artigo 35, passou a especificar a existência dos cursos a serem desenvolvidos no interior das instituições de ensino, sendo eles: cursos normais, equiparados, de aperfeiçoamento, de especialização, livres e de extensão universitária.

Nesse sentido, a nova legislação propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus. Entre os cursos citados pelo Decreto encontravam-se os de especialização, "destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidades profissionais ou científicas".

No que tange ao grau de doutorado, é preciso salientar que o mesmo sempre existiu no ensino superior brasileiro. Sua articulação com a pesquisa era basicamente inexistente, não configurando-se como pós-graduação propriamente dita. Até 1993, o título era concedido após o cumprimento do bacharelado e defesa de tese no Direito e nas Ciências Sociais, assim como titulação posterior à tomada do título de médico, e como



1937

Ministro da educação, Gustavo Capanema discursa durante cerimônia de aprovação da lei que cria a Universidade do Brasil, 1937.

Rio de Janeiro (RJ). (CPDOC/ GC foto 104)

O CURSO STRICTO SENSU DE DOUTORADO EM DIREITO NA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO



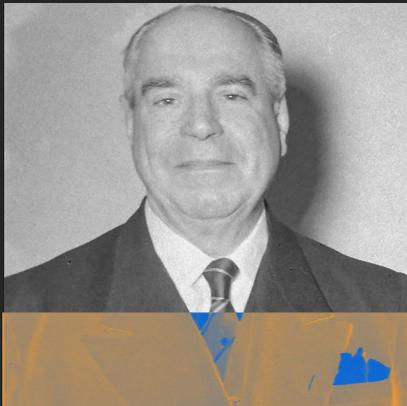
titulação outorgada aos candidatos dos concursos para a ocupação de vagas no próprio magistério do ensino superior, quando estes eram apenas bacharéis.

Com o Estatuto das Universidades Brasileiras, a menção mais significativa e próxima de um doutorado era aludida em seu artigo 90, reconhecendo o diploma de doutor ao candidato que, ao concluir os cursos "normais, técnicos ou científicos", se dispusesse a defender uma tese de "sua autoria", de "real valor sobre assunto de natureza técnica ou puramente científica".

Por sua vez, o Decreto 19.852, que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira aplicação de um modelo organizacional que criava cursos regulares de doutoramento no campo do Direito e das Ciências Exatas e Naturais, constituindo pela primeira vez uma pós-graduação aos moldes do que atualmente denominamos por stricto sensu.

Para obter o grau de doutor em Direito, a Universidade do Rio de Janeiro passava a exigir dos candidatos a conclusão de um curso estruturado em três seções, além da apresentação de "uma dissertação impressa, feita sobre assunto de sua escolha, pertinente à respectiva secção, e obter aprovação na defesa que da tese nela contida fizer perante uma comissão composta dos professores da secção e mais quatro que a Congregação elege", presidida pelo diretor da Faculdade.

Descendente direta dos primeiros cursos de ensino superior no país, a Universidade do Rio de Janeiro passaria por uma completa reestruturação no ano de 1937 e ganharia um novo nome: Universidade do Brasil. Seu objetivo era estabelecer um modelo de qualidade destinado a ser reproduzido e adaptado por outras instituições. Em 1946 seu estatuto utilizaria formalmente, pela primeira vez, em seu artigo 76, o termo pós-graduação, designando essa categoria de curso para os diplomados em busca de "formação sistemática de especialização profissional, de acordo com o que for estabelecido pelo regimento".



ÁLVARO ALBERTO DA MOTA E SILVA

Fundou a Sociedade Brasileira de Química em 1922 e presidiu a Academia Brasileira de Ciências em 1935. Grande entusiasta da energia nuclear, foi o representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da ONU, onde chegou à presidência. Foi também o responsável pela criação do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, que presidiu até 1955

Fundo Agência Nacional.

IMPULSIONANDO A PESQUISA NACIONAL

Uma série de atores, personalidades e entidades foram decisivos na luta por uma política científica no país, reforçando a necessidade de aparatos institucionais voltados para o fortalecimento da ciência nacional.

Em meados dos anos de 1920, integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) já defendiam a criação de uma entidade governamental voltada ao fomento científico. Atendendo aos anseios da comunidade científica da época, em 1936, o então presidente Getúlio Vargas buscou viabilizar a criação de um conselho de pesquisas orientado para modernizar e aumentar a produção agrícola, mas a proposta acabou por não receber o apoio parlamentar necessário a fim de ser viabilizada.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o aprofundamento do

processo de industrialização, fortalecia em toda sociedade a percepção de que o país necessitava de quadros profissionais com formação universitária para enfrentar os processos e exigências do desenvolvimento econômico. Em 1946, o engenheiro e almirante da marinha Álvaro Alberto da Motta, então representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas, propôs ao governo, por intermédio da ABC, a criação de um conselho nacional de pesquisa.

No transcorrer dessas transformações e desafios, um grupo de cientistas e de amigos da ciência fundam em 1948 a SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que surgia com a intenção de somar-se na defesa do avanço científico, tecnológico, assim como do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Em 1949, o presidente Eurico Gaspar Dutra tem a iniciativa de nomear uma comissão especial com a finalidade de apresentar um anteprojeto de lei que criasse um Conselho de Pesquisas, resultando na lei nº 1.310, a qual, sancionada em 15 de janeiro



1948

SBPC

Um grupo de cientistas, reunido no auditório da Associação Paulista de Medicina, decidiu fundar uma Sociedade para o Progresso da Ciência, nos moldes das que já existiam em outros países. Era um momento da história da humanidade marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, e por todo o planeta as nações tomavam consciência da necessidade imprescindível de incentivar a ciência para promover o desenvolvimento social e econômico.

Folha da Noite, 09 de julho de 1948



NEWTON LINS BUARQUE SUCUPIRA

Conhecido como pai da pós-graduação no país, pois o marco legal que possibilitou o crescimento da pós-graduação no Brasil foi conhecido como Parecer Sucupira, uma alusão ao seu relator.

de 1951, instituiu o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como autarquia vinculada à Presidência da República. Com a missão de fomentar a ciência, tecnologia e inovação, o novo organismo governamental seria vital na formulação de políticas voltadas ao avanço das distintas fronteiras do conhecimento, do desenvolvimento sustentável e da soberania nacional.

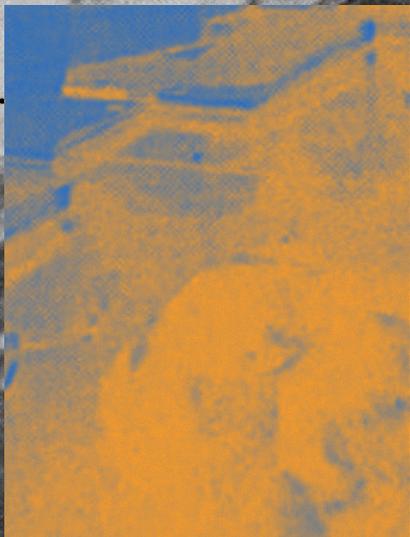
No início do segundo mandato de Getúlio Vargas o país deparava-se com as exigências da industrialização e a complexidade da administração pública, exigindo cada vez mais distintos especialistas em Física, Matemática, Química, técnicos em Finanças e pesquisadores sociais. Nesse contexto, surge em 11 de julho de 1951 a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior com o objetivo de atender às necessidades de capacitação dos recursos humanos no Brasil. A campanha, que ficaria conhecida

como CAPES, transformou-se na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sendo institucionalizada pelo decreto 29.741/5 de 11 de julho de 1951 e composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas, entre eles o então ministro da Educação e Saúde Ernesto Simões Filho e seu secretário-geral, o professor Anísio Spínola Teixeira.

Para atender as demandas e seus objetivos, em seus primeiros anos a entidade estruturou dois programas para suas linhas de ação, sendo eles o Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) e o Programa Universitário (PgU). Voltado para o fortalecimento do ensino superior em diversas áreas, logo o Programa Universitário tornou-se a principal linha da CAPES junto às universidades e institutos de ensino superior. Por meio dele foram contratados uma série de professores

visitantes estrangeiros, além de ofertadas bolsas de estudo, apoio a eventos científicos e atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições.

Em 1961, Newton Lins Buarque Sucupira, foi indicado por Anísio Teixeira para integrar o primeiro grupo de intelectuais que compuseram o recém fundado Conselho Federal de Educação (CFE). Ao longo de uma intensa atuação de 10 anos, o professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, filósofo e advogado,



1951

V Reunião da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com a participação do jurista e educador Anísio Teixeira.

V Reunião da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Os primeiros cursos de pós-graduação

ficou conhecido como patrono da pós-graduação brasileira, uma vez que atuou na condição de relator do marco legal que formatou e institucionalizou a pós-graduação nos moldes atuais e que ficou conhecido como "Parecer Sucupira".

Criava-se assim as bases de um sistema de pós-graduação autônomo, composto por cursos *lato sensu*, de aperfeiçoamento, especialização, e pós-graduação *stricto sensu* sob as formas de mestrado e doutorado. Desde então, as demandas por diploma superior em todos os níveis impulsionou grandes transformações em nossa sociedade, garantindo acesso ao mercado de trabalho dinâmico, desenvolvimento industrial, agrário, além de colocar o país entre as nações que destacam-se no estrito rol de países pujantes na produção científica e acadêmica.

Juntas, CNPq e CAPES significaram o pontapé inicial de um sistema institucional voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico no país.

OS ANOS DE CHUMBO

Em 31 de março de 1964 o país viveria um dos capítulos mais obscuros de sua história. Um golpe de Estado, resultante de uma movimentação

das forças conservadoras do país, levou ao poder militares das forças armadas, os quais assumiram por 21 anos o comando do país, instaurando um conjunto de aparatos burocráticos-legais para legitimar seu poderio e assegurar os interesses do novo regime. Entre eles, os atos institucionais representaram a legitimação do golpe e instituíram um regime altamente repressivo, oficializando a violência, a tortura e o assassinato como estratégia para controlar os movimentos contrários.

Neste contexto se deu a estruturação da pós-graduação no país: a partir do Parecer nº 977 CES/CFE de 3 de dezembro de 1965, ainda no período inicial do Regime, e posteriormente com uma série de reformas da educação, entre elas a Reforma Universitária de 1968, ocorrida num quadro marcado pelo controle político e ideológico da educação e pela escassez de recursos para educação pública, agravados pela repressão a professores e estudantes.

Eram reformas que buscavam atrelar a educação com as demandas do desenvolvimento econômico, atribuindo a ela uma função instrumental em todos os seus níveis e ramos.

Diante desse cenário complexo a pós-graduação vivenciou seu momento de estruturação, normatização e

institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem ainda hoje. No caso do Direito, uma série de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos foram sendo organizados sob o formato contemporâneo, especialmente a partir da década de 1970.

REDEMOCRATIZAÇÃO

Com a redemocratização do país, cabia a todas as áreas do conhecimento o desafio de responder ao novo conjunto legal e estruturar-se de maneira a consolidar a Constituição de 1988.

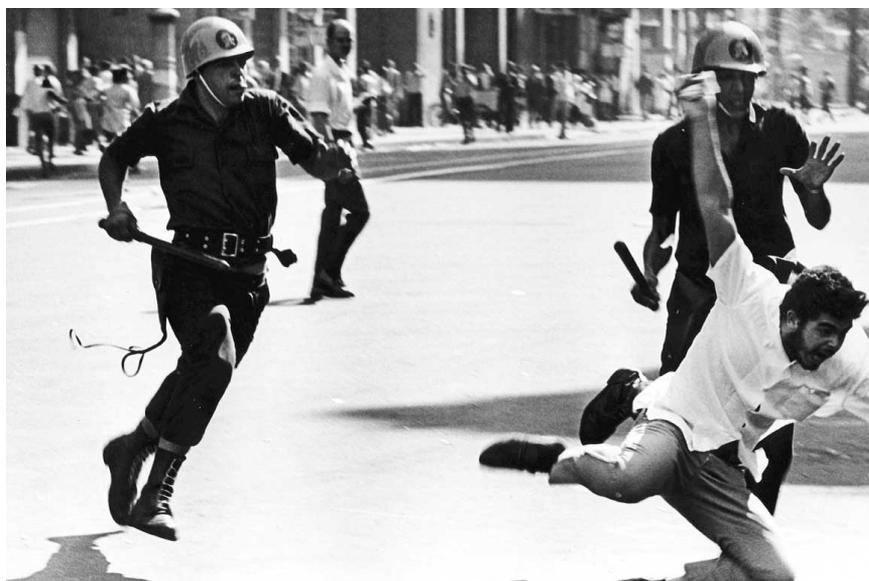
Como desdobramento dessa conjuntura, havia a urgente necessidade de adequação do sistema acadêmico a fim de acomodar as novas demandas e assegurar a elevação da qualidade do ensino superior em todos os seus níveis, carecendo corresponder aos pressupostos do marco legal da pós-graduação editado pelo Ministério da Educação ainda em 1965.

1964

DITADURA

De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito.

Protesto na cidade do Rio de Janeiro em 1968 / Crédito: Memorial da Democracia





1987

CONSTITUINTE

Instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar.

Protesto na cidade do Rio de Janeiro em Promulgação da Constituição de 1988 no Brasil. Fonte: Wikimedia Commons

Muitas áreas já dispunham de organizações em torno da qual tinham a oportunidade de promover os debates estruturais requeridos pelo novo ambiente político. Muitas delas já enfrentavam os temas mais pungentes do cenário nacional, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), fundada em 1977.

No direito, urgia que os cursos tivessem ampliadas as suas linhas de pesquisa, até então restritas às da graduação, e que fossem estabelecidas políticas para nortear os poucos Programas mantidos pelas universidades, na época cinco doutorados e

dezessete mestrados estabelecidos. Além disso, o processo pós-constituente havia despertado intensos movimentos em torno de ordenamentos jurídicos capazes de dar conta das necessidades do país sob uma perspectiva democrática após duas décadas do Regime Militar. Descortinava-se uma diversidade de temáticas no campo do Direito, a exemplo das relacionadas aos Direitos Humanos.

Era preciso transpor os paradigmas dogmáticos e construir programas de pós-graduação que dialogassem com os novos contornos da vida política nacional, projetando o estudo jurídico para além dos seus limites corporativos.



O CONPEDI

Na condição de Sociedade Científica do Direito no Brasil, o CONPEDI surge para fortalecer e integrar a rede de pesquisadores e da pós-graduação do Direito nacional.

VISIONÁRIOS

Por meio de um grupo de visionários, formado por docentes e discentes da Pós-Graduação, foi que se constituiu um núcleo informar para debater a formação e a valorização da produção acadêmica na área do Direito.

Reunidos em uma sala do **Palácio Gustavo Capanema**, no Rio de Janeiro, locus das decisões mais importantes da modernização educacional brasileira, professores universitários de diferentes regiões do País traçaram o contorno de uma instituição capaz de refletir e intervir sobre estes desafios.

Após as primeiras conversações sobre a necessidade de articular uma política de pós-graduação e pesquisa para o Direito, naquele espaço, decidiu-se por formalizar o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI, sigla originária da sugestão vitoriosa de José Ribas Vieira.

“Os Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Direito das Universidades brasileiras, na UFSC, resolvem: retomar as atividades de organização do (...) CONPEDI, com a finalidade de incentivar e coordenar as atividades de ensino e pesquisa jurídica de alto nível, promovendo congressos, encontros e atividades coordenadas, propugnando-se, inclusive por ocupar papel de maior relevância junto aos organismos governamentais para o ensino de pós-graduação em direito e pesquisa jurídica”

Trecho extraído do documento aprovado no encontro de Coordenadores de PPGDs realizado em Florianópolis-SC, no ano de 1993.



Ícone do modernismo, o Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, foi sede das principais decisões educacionais do país.

Ricarno Borges/Folhapress

A fundação do CONPEDI, deu-se durante a realização das VII Jornadas de Direito Comparado Franco Brasileiro, promovidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e contando com poucos recursos, conseguidos na época junto ao CNPq, CAPES e MEC.

Após a abertura oficial dos trabalhos, o Professor Clóvis Veríssimo do Couto e Silva foi o primeiro a assinar a ata de fundação do CONPEDI, seguido de um conjunto de próceres do ensino jurídico que tiveram o privilégio de subscrevê-la no dia 17 de outubro de 1989, e que na ocasião elegeram **José Alfredo Baracho** como seu primeiro presidente.

No cumprimento de seus objetivos, o mais imediato foi posicionar a representação de área do Direito no Conselho Técnico-Científico da CAPES, marcando a presença definitiva dos estudos jurídicos na formulação das políticas de aperfeiçoamento de pessoal em nível superior e nas discussões sobre as diretrizes de atuação junto ao sistema nacional de pós-graduação e de desenvolvimento científico e tecnológico.

PRIMEIROS ANOS

Durante os primeiros anos de sua criação, o CONPEDI atuou como um espaço de reflexão entre docentes e coordenadores dos cursos de mestrado e doutorado existente na época.

Sendo as comunicações entre os Programas muito precárias, era fundamental oportunizar um canal de ligação que permitisse a possibilidade de futuras redes de pesquisa. Além disso, outro desafio encontrava-se em reformular a Pós-Graduação em Direito conforme as prerrogativas que levariam à criação da Entidade em 1989. Para isso, o CONPEDI passou a realizar duas reuniões nacionais em cada ano. Durante o primeiro semestre aconteciam os Encontros Preparatórios, dedicados às discussões acerca dos critérios de avaliação de Área. Já nos Congressos da Entidade, as propostas eram deliberadas para que fossem levadas de maneira institucional aos órgãos do Ministério da Educação.



Foi assim que o CONPEDI concentrou-se em fomentar uma rica discussão acerca da padronização dos critérios de avaliação dos Cursos, visando não somente a uniformização dos mesmos, como também a elevação do nível geral do ensino e da pesquisa jurídica.

O primeiro evento de caráter científico realizado pelo CONPEDI ocorreu em 1992, como parte das comemorações do centenário da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Na programação, uma série de debates e

Aurélio Wander Bastos

é presença marcante nos encontros do CONPEDI. Advogado, professor e ex-procurador da União, configura entre os sócios fundadores do conselho.

JOSÉ ALFREDO BARACHO

Mineiro de Teófilo Otoni, formou-se em Direito na Faculdade de Direito da então Universidade de Minas Gerais, onde ingressou em 1970 como professor auxiliar, iniciando uma das mais brilhantes carreiras magisteriais da história das academias jurídicas brasileiras.

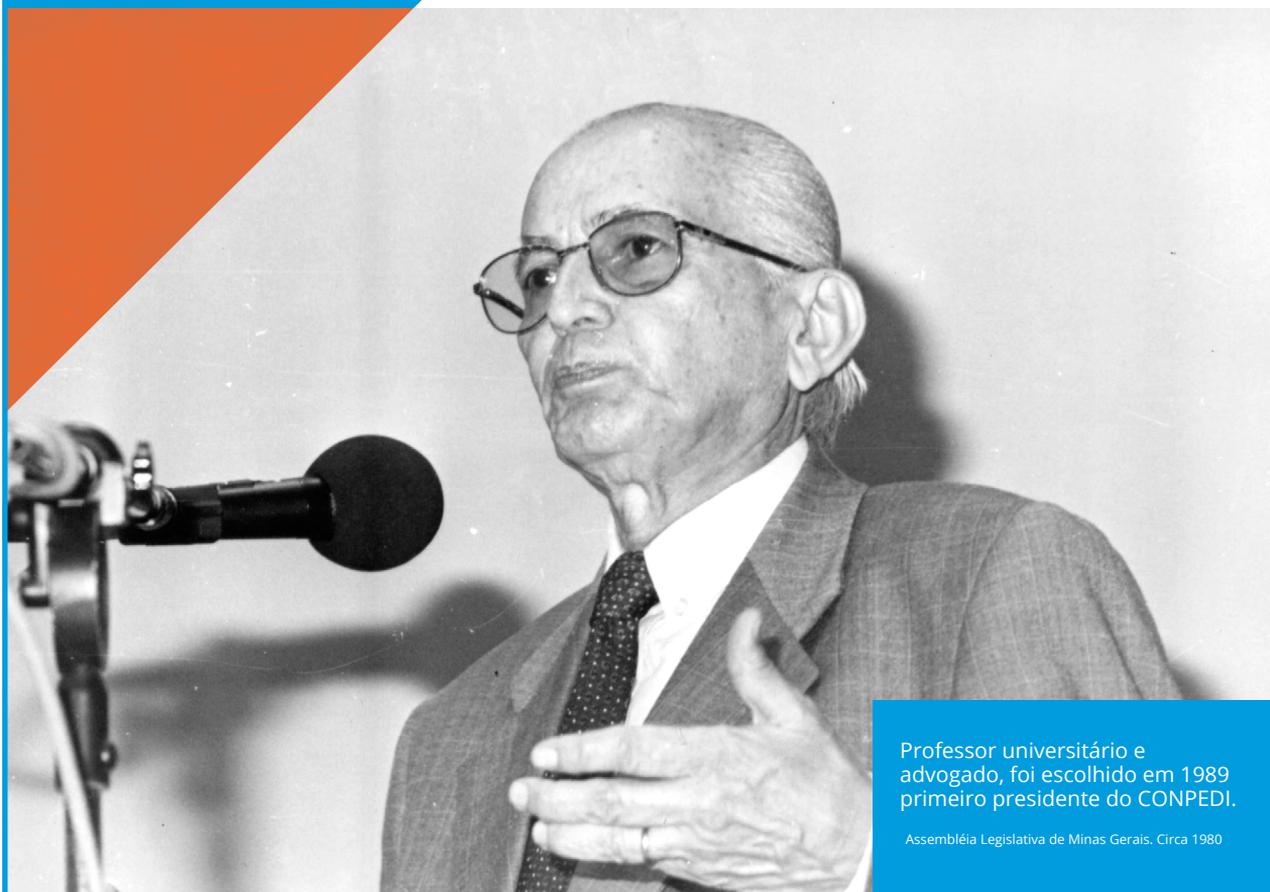
Docente em dedicação exclusiva à UFMG, mas exercendo também grande liderança na advocacia, Baracho viveu a Universidade em sua plenitude, atuando em diversas funções e chegando, mesmo, a dirigir a Faculdade entre 1978-1982 e entre 1990-1994.

Escritor prolífico, detinha uma capacidade de produção intelectual

inérita. Conhecia profundamente os clássicos, mas abria-se generosamente ao novo. A partir de Minas Gerais, Baracho falava ao mundo e ao debate contemporâneo, introduzindo autores estrangeiros, temas inovadores, leituras críticas e perspectivas ambiciosas. As três teses que produziu são memoráveis pela qualidade e pela inovação. Sua tese de livre-docência em Direito Político, Regimes Políticos [São Paulo: Resenha Universitária, 1977], defendida ainda em 1976, recuperou a relação entre Direito e Política em bases que claramente nos apontavam o caminho dos regimes democráticos. Sua premiada tese de doutorado em Direito Constitucional, Teoria Geral do

Federalismo [Rio de Janeiro: Forense, 1986], avança em sua percepção do Estado de Direito, alinhando-se na mais que tradicional vocação mineira para o federalismo. Finalmente, a tese com a qual conquistou a cátedra de Teoria Geral do Estado na UFMG (que ocuparia entre 1982 e 1998), Processo Constitucional [Rio de Janeiro: Forense, 1984], é talvez o texto mais representativo da progressiva interlocução construída, nos marcos do Estado democrático de Direito, entre os estudos constitucionais e o direito processual, tão típicas das agonias do tempo presente.

Veio a falecer aos 79 anos, em 11 de setembro de 2007.



Professor universitário e advogado, foi escolhido em 1989 primeiro presidente do CONPEDI.

Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Circa 1980

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

- CONPEDI -

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA

- . Presidente: José Alfredo de Oliveira Baracho
- . Vices-Presidente: Clóvis Veríssimo do Couto e Silva
Christian Guy Caubert
- . Diretor-Geral: Aurélio Wander Chaves Bastos
- . Vice-Diretor-Geral: José Ribas Vieira
- . Diretor de Ensino: José Eduardo Faria
- . Diretor de Pesquisa: Roberto Kant de Lima
- . Diretor de Organização e Planejamento: Agerson Tabosa Pinto
- . Diretor de Administração: Ercy Alves Gameiro

- . Membros Conselheiros: Felipe Augusto Miranda Rosa, Eros Roberto Grau, Paulo Henrique Blasi, Rui Rosado de Aguiar Júnior, Ana Lúcia de Lira Tavares, Zoraide Amaral de Souza, Nely Lopes Casali, Horácio Wanderley Rodrigues.

- . Conselho Fiscal: João Marinômio Lopes, José Adriano Pinto, Eduardo Kroeff Carrion.

- . Secretária Executiva: Rosalina Corrêa de Araújo

Primeira Diretoria do CONPEDI

Rosalina Corrêa de Araújo
José Alfredo de Oliveira Baracho
Clóvis Veríssimo do Couto e Silva
Christian Guy Caubert
Aurélio Wander Chaves Bastos
José Ribas Vieira
Agerson Tabosa Pinto
Ercy Alves Gameiro

RELAÇÃO DE SÓCIOS FUNDADORES

Fros Roberto
Fábio Siebeneichle Roca Norade
Paulo Henrique
Sérgio José Porto
Horácio Wanderley Rodrigues
Eduardo Kroeff Machado
José Adriano Pinto
Sandra Della Pola da Silva
Ruy Rosado de Aguiar Júnior
Maria Amélia Dias de Moraes
Vera Maria Jaud de
Zeno Veloso
Vera Della Santa
Enrique Jaime Navarrete Anguita
Ana Lucia de Lyra Tavares
Zoraide Amaral de Souza
Antonio Carlos Wolkmer
Nely Lopes Casali
Danilo João Benvenuto
Betty Yelda Brognoli Borges Fozlfa
Darcísio Corrêa
Césio Sandoval Peixoto
Tarcísio Battó Wichdowski
Roberto Kant de Lima
Lúiza Helena Malta Moll
João Carlos Vitor Garcia
João Marinômio Carneiro Lages
Judith Hofmeister Martins



Relação de Sócios Fundadores

temas concernentes à pós-graduação, formato que se manteve nos Encontros Nacionais até o final dos anos 90.

Em 1993, durante a realização do Encontro Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em Direito, acadêmicos de diversas partes do país reuniram-se em Florianópolis-SC com o forte propósito de fortalecer o papel associativo do CONPEDI. Na ocasião aprovou-se a seguinte comunicação: *“Os Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Direito das Universidades brasileiras na UFSC, resolvem: retomar as atividades de organização do Conselho de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Direito – CONPEDI, com a finalidade de incentivar e coordenar as atividades de ensino e pesquisa jurídica de alto nível, promovendo congressos, encontros e atividades coordenadas, propugnando-se, inclusive por ocupar papel de maior relevância junto aos organismos governamentais para o ensino de pós-graduação em direito e pesquisa jurídica. Para tanto os professores presentes resolvem organizar o Comitê Executivo do CONPEDI, com a finalidade de rever os Estatutos do mesmo, inclusive promover o respectivo registro, que deverá ser previamente encaminhado para sugestão, a todos os membros que assinam este documento”*.

Em 1995, durante o IV Encontro Nacional, ocorreu a primeira mudança estatutária da Instituição, a fim de acomodar alterações propostas pelos Grupos de Trabalho. Foi também durante este Encontro, novamente realizado em Belo Horizonte, que os associados, em assembleia, escolheram por unanimidade o nome de **Clóvis Veríssimo do Couto e Silva** como Patrono, em homenagem a um dos protagonistas da criação do Conselho, falecido três anos antes.

FORTE AÇÃO INSTITUCIONAL

A partir dos anos 2000, a Entidade deu início a uma nova e importante fase em sua história na medida em que passou a admitir a associação individual de pesquisadores de todo país,

resolução essa que permitiu uma maior integração acadêmica e como consequência atribuiu uma nova dinâmica aos Encontros Nacionais.

Durante o X Encontro Nacional, realizado em 2001, em Florianópolis-SC, o CONPEDI inaugura um novo formato em seus eventos científicos a partir do fortalecimento dos Grupos de Trabalhos, que, com a nova configuração, tornaram-se espaços de intensa socialização do conhecimento produzido por milhares de acadêmicos do Brasil e do exterior. Tal evento também tornou-se emblemático por ter sido concedido, pela primeira vez, o título de **Sócio Honorário**, então recebido pelo professor José Alfredo de

Oliveira Baracho. Ex-presidente do CONPEDI, que liderou as gestões iniciais da Instituição.

Desde então, o título passou a ser conferido, ao longo dos trinta anos de atividades da Associação, a um conjunto de personalidades que desempenharam relevantes serviços à pesquisa e à pós-graduação em Direito nacional.

Em 2002 a Entidade notabilizou-se ao manifestar-se contrária ao Parecer CES/CNE 146, o qual versava sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Direito. Na ocasião, os associados subscreveram um manifesto de repúdio denunciando o

contraste da medida com a Portaria 1886/1994, que já havia significado importante avanço para a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Com efeito, no ano seguinte, a medida foi revogada e, desde então, o CONPEDI tem se colocado juntamente com outras entidades na defesa do ensino jurídico, contribuindo permanentemente para seu aperfeiçoamento e qualidade.

Nos anos seguintes, dois importantes fatos do ponto de vista político marcaram a história da Instituição. Em 2003 a Entidade logrou a designação do **Professor Luiz Edson Fachin** para representar a área do Direito no Conselho Técnico-Científico da CAPES,



Alguns dos participantes do encontro realizado em Florianópolis-SC, no ano de 1993.

Encontro Nacional de Coordenadores de pós-graduação em Direito, Ensino e Pesquisa

O PATRONO

O evento que oportunizou a criação do CONPEDI, em 17 de outubro de 1989, tinha à sua frente um nome que viria a se tornar um dos principais articuladores da Organização em torno da pós-graduação em Direito no país.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1953, além de advogado, sempre se dedicou à docência, ocupando, junto com alguns poucos, a primeira linha dos nossos cientistas da Área. Tornou-se professor titular de Direito Civil da UFRGS, a qual dedicou os anos mais profícuos de sua vida, deixando, não obstante, uma vasta obra, reconhecida por sua originalidade e visão de futuro, até hoje citada e utilizada por juízes, advogados e estudantes de Direito.

Um dos idealizadores do Mestrado de Direito da UFRGS, professor convidado em universidades da Europa, América Latina e Estados Unidos, Clóvis Veríssimo do Couto e Silva também foi membro da

Comissão de Elaboração e Revisão do Código Civil pelo Ministério da Justiça, integrou o Conselho Federal de Educação e a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, onde ocupou a cadeira 42.

Nascido em 1930, em Porto Alegre - RS, era filho caçula de outro notável advogado gaúcho, Waldemar do Couto e Silva. E teve como irmãos, outros dois destacados profissionais da advocacia, Almiro e Paulo do Couto e Silva.

Entusiasta da construção de um espaço institucional para a avaliação da produção jurídica e da projeção do pensamento da academia para a sociedade, Couto e Silva fez parte do grupo fundador do CONPEDI, ao lado do primeiro presidente, o professor mineiro José Alfredo de Oliveira Baracho.

Couto e Silva faleceu em 21 de maio de 1992, vítima de um mal súbito enquanto encerrava a Aula Magna do Curso de Mestrado em Direito na Universidade Gama Filho.

uma meta institucional que levou dez anos para ser alcançada. Além disso, no mesmo ano, o CONPEDI obteve o acordo de cooperação estabelecido com o Conselho da Justiça Federal para pesquisa, ensino e publicações com ênfase na administração e política dos serviços judiciários federais.

Desde então, o caráter associativo com foco único no diálogo entre os Programas de Mestrado e Doutorado foi superado e, em 2004, o CONPEDI dedicou-se cada vez mais a cumprir o propósito de estender sua ação política para além dos limites institucionais. Em mais um posicionamento político, os coordenadores dos Programas integrantes do CONPEDI assinaram uma nota de repúdio contrários à aprovação do Proposta de Emenda Constitucional que criaria mais de oito mil cargos de Vereadores nas Câmaras Municipais de todo o país. Uma manifestação que na época sintonizava com decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral, explicitando o esforço da instituição em posicionar-se acerca dos temas de interesse social e político da Nação.

Com a divisão dos Grupos de Trabalhos em conformidade com as linhas de pesquisa do CNPQ, em 2007, o CONPEDI conheceria um novo patamar quantitativo em seus eventos a partir da mais impressionante participação de pesquisadores até então. Os Encontros, que até então expunham entre 200 e 300 trabalhos, passaram a receber uma média de 2000 deles, além do aumento do número de associados institucionais e individuais.

No mesmo ano, o ensino do Direito completava 180 anos no Brasil e o Conselho uniu-se à Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDI para realizar um grande evento comemorativo em Porto Alegre, selando, assim, uma contínua parceria até os dias de hoje.

Em 2009, o coletivo de associados formalizou documento indicando diretrizes para orientar estratégias e ações em prol da construção de uma política democrática e legítima de constante evolução da qualidade da pós-graduação em Direito. As ponderações foram listadas na "Carta de Maringá", dirigida à comunidade jurídica





Edson Fachin, desde 2015 figura entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Em sua passagem pelo CONPEDI foi indicado para representar a área do Direito no Conselho Técnico-Científico da CAPES em 2003.

e aprovada durante o XVIII Encontro Nacional. Em doze destaques, a Carta tratava de temas estratégicos, como o financiamento dos Programas, a revalidação de títulos no Brasil e a defesa da criação de um indexador próprio para a grande área de ciências sociais aplicadas e/ou área de Direito.

Ainda no mesmo ano, nas atividades do XVIII Congresso Nacional, a entidade aprofundou suas críticas e sugestões dirigidas à política de pós-graduação. Em um novo documento, agora intitulado de "Carta de São Paulo", o CONPEDI expressava sua preocupação com o crescimento do acesso a programas de pós-graduação estrangeiros, reivindicando um assento permanente junto ao Conselho Técnico-Científico da CAPES, além de requerer ao CNPq melhores condições de pesquisa, dentre outros apontamentos.

No XXI Encontro Nacional de 2012, realizado em Uberlândia (MG), os associados aprovaram o manifesto e abaixo-assinado pela inclusão da área de Direito no programa Ciência Sem Fronteiras do CNPq/MCT.

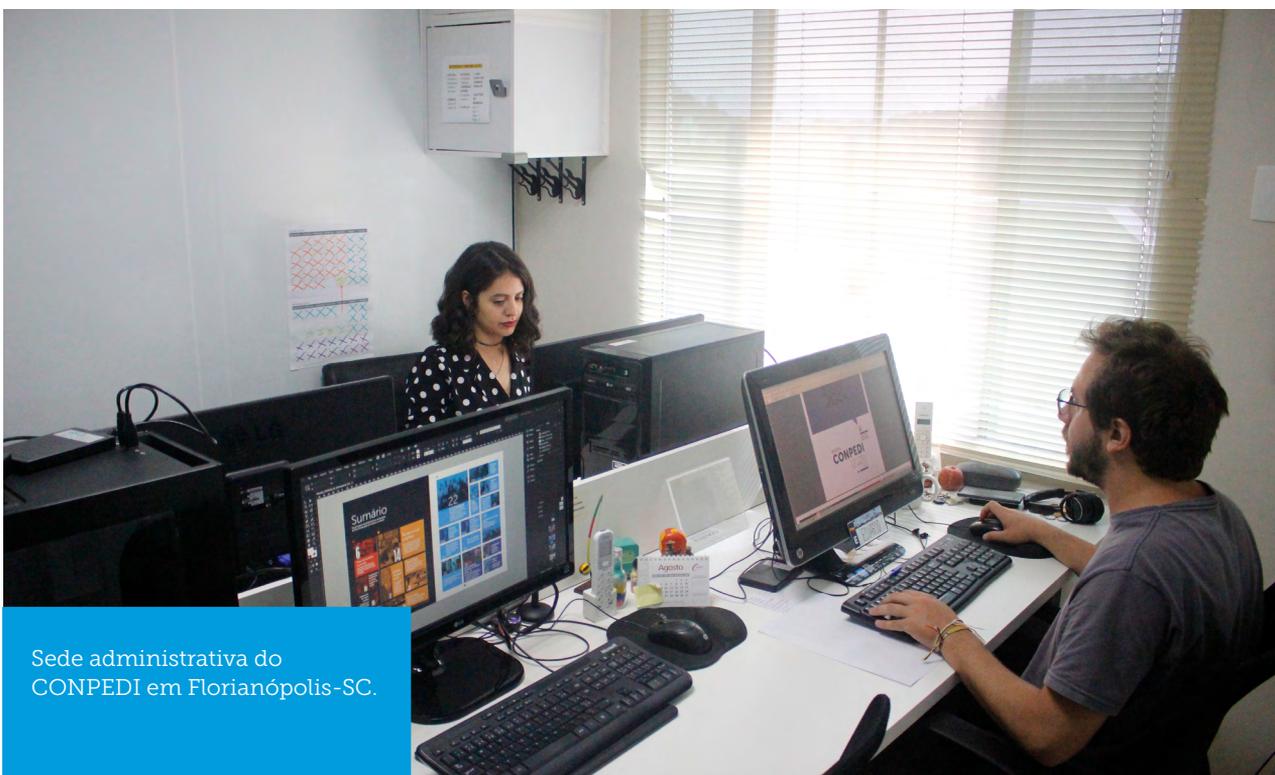
Em 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – lançou, em parceria com o CONPEDI, a publicação "Direito e Desenvolvimento no Brasil do século XXI", como parte do projeto "Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o estado das artes", oportunizando que entidades nacionais de pós-graduação abordassem temas e desafios a serem enfrentados pelo País em meio às profundas mudanças em seu ritmo e modo de desenvolvimento.

Coube ao Conselho registrar as contribuições da área do Direito. No mesmo ano, o CONPEDI também se uniu à Associação Juizes para a Democracia - AJD - a fim de promover Concurso de Ensaaios sobre o tema "Juizes/judiciário e ditadura(s) no Brasil".

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A sede administrativa do CONPEDI estabeleceu-se oficialmente em Florianópolis-SC, a partir de 2004. Um fato que se deve aos esforços viabilizados através do convênio firmado com a **Fundação José Arthur Boiteux - FUNJAB** - instituição de apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão na área do Direito, ligada à Universidade Federal de Santa Catarina.

Apoio tal que permitiu ao CONPEDI instalar-se em uma das salas do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, usufruindo de uma estrutura com condições de dar o suporte necessário para as gestões da Entidade e a organização dos eventos nacionais. Além disso, a parceria com a FUNJAB também foi decisiva para que o



Sede administrativa do CONPEDI em Florianópolis-SC.

CONPEDI em números

167

Cursos de Pós-Graduação em Direito apoiados e representados em todo o Brasil

Mais de

4.000 Associados

Mais de

30.000 Trabalhos submetidos

Conselho pudesse colocar no ar seu portal virtual www.conpedi.org.br, intensificando cada vez mais a divulgação de informes de interesse para docentes, discentes, pesquisadores e instituições acadêmicas.

Em dezembro de 2015, o Conselho Fiscal da Entidade, acompanhado do presidente Raymundo Juliano Feitosa (2015-2017), passou a analisar diversas opções de salas comerciais com o objetivo de acomodar qualitativamente o conjunto das atividades administrativas. Foi assim que, no dia 23 de fevereiro de 2016, o CONPEDI consolidava sua maior aquisição material.

Localizada nas proximidades da UFSC, a atual sede comporta uma ampla equipe de profissionais, acomodados em cerca de 120 metros quadrados. Uma estrutura funcional que dispõe de salas para uso da diretoria e abriga as atividades de comunicação, secretaria e assessoria executiva, além de contar com cômoda sala de reuniões.

IMPULSIONANDO A PESQUISA JURÍDICA

Visando impulsionar cada vez mais a pesquisa jurídica, o CONPEDI passou a incentivar a publicação da produção científica nacional. A partir de 2010 nasce a **Revista de Direito Brasileira - RDB**, ou **Brazilian Journal of Law**, periódico em versões impressa e digital que passou a trazer doutrina inéditos nacionais e estrangeiros.

Dois anos depois a Entidade lançava o sistema **Indexa Direito**: uma plataforma online que buscava facilitar aos autores a publicação de seus próprios trabalhos, além de compor uma potente biblioteca digital voltada à pesquisa.

Desde então, grandes esforços e investimentos foram realizados para a modernização e reestruturação das atividades da Associação. Em 2014,

62

Eventos promovidos em 30 anos de atividades

20.000

Pessoas

entre elas discentes, docentes e pesquisadores, reunidas nos últimos 10 anos de evento

um dos marcos deste trabalho encontra-se materializado no sistema Publica Direito de submissão de artigos. Utilizado até os dias de hoje, o Sistema garante completa automatização do processo de submissão dos artigos e a segurança necessária que à integridade da avaliação cega por pares.

Esse recurso também possibilitou aperfeiçoar o **Cadastro Nacional e Internacional de Avaliadores do CONPEDI - CNIAC**, importante ferramenta que atualmente conta com uma rede composta por mais de 1500 doutores, empenhados na avaliação qualificada de um número cada vez mais crescente de trabalhos submetidos para os eventos promovidos pela Entidade e seus parceiros, em âmbito nacional e internacional.

NOVOS PERIÓDICOS PARA A ÁREA JURÍDICA

Ao longo dos anos, o CONPEDI conserva um respeitado acervo de trabalhos apresentados no contexto de seus eventos. Muitos deles estão publicados na forma de anais de eventos e capítulos de livros disponibilizados gratuitamente no portal www.conpedi.org.br, instrumento essencial para aqueles que desejam atualizar-se sobre as agendas de pesquisa das mais variadas temáticas do campo jurídico.

Entendendo a relevante dinâmica das publicações na vida acadêmica e percebendo a demanda por novos periódicos em condições de agregar

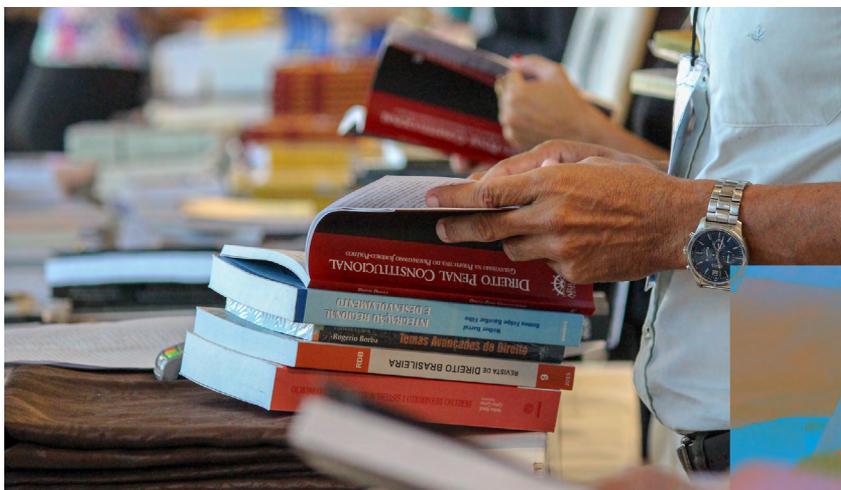
as melhores práticas editoriais, o CONPEDI buscou preparar-se para o desafio de ampliar e modernizar o conjunto de suas comunicações científicas. Assim, durante a realização do seu XXV Encontro Nacional, anunciou a criação de dois projetos editoriais no sentido de impactar positivamente toda área do Direito.

A primeira delas trata da criação do periódico **CONPEDI LAW REVIEW**, focado na disseminação da pesquisa em nível internacional, visando ampliar rapidamente seu impacto e respectivo h-index.

Como resultado do trabalho que o Conselho passou a desenvolver diretamente com o Grupos de Trabalhos presentes em seus eventos, a segunda iniciativa transformou-se no portal eletrônico **INDEX LAW JOURNALS** -

www.indexlaw.org. O portal utiliza-se do software canadense Open Access Journal (OJS) desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP), permitindo a organização da gestão editorial, indexação e ferramentário que facilitam a busca de elementos como autor, palavras do título, assunto, palavras do texto e o ano de publicação.

Cada periódico tem seu International Standard Serial Number - ISSN, e todos os artigos publicados são credenciados pelo sistema Digital Object Identifier - DOI. Além disso, os periódicos reunidos no Portal são indexados gradualmente nas principais bases de dados internacionais e nacionais, tais como: Cengage Learning, EBESCO, Google Scholar, Dialnet, E-revist@s, Eriplus, sumários.org, LivRe, Latndex, WZB, Academic Journals Database, ProQuest, DOAJ, Diadorin e CAPES.



Buscando dar oportunidade para os jovens pesquisadores do Direito, o CONPEDI incentiva em seus encontros a realização de amostra de pôsteres entre graduandos de todo o país.

2018 Arquivo CONPEDI

Além disso, o Espaço do Autor é a oportunidade para divulgar o que existe de mais atual na literatura acadêmica da área.

2018 Arquivo CONPEDI

INTERNACIONALIZAÇÃO

Se, por um lado, a elevação da qualidade do ensino para um nível de excelência dentro do Brasil moveu os primeiros passos do CONPEDI, a internacionalização passou a marcar a nova fase da Instituição rumo à consolidação da pesquisa nacional.

Nesse sentido, é importante recordar que o CONPEDI foi concebido em um encontro internacional, as VII Jornadas de Direito Comparado Franco Brasileiro, realizado em 1989. Desde então, o Conselho manteve-se firme em direção ao processo de internacionalização do direito brasileiro.

Respondendo ao desafio, em meados do ano 2000, a Organização

já discutia os critérios da área do Direito para o alcance do padrão internacional. E, em 2001, sob o tema "A Ordem Jurídica Justa: um diálogo Euroamericano", o XX Congresso Nacional, realizado na cidade de Vitória-ES, viabilizou a abordagem de temáticas que demonstravam a crescente complexidade do processo de globalização.

Inaugurando um novo capítulo e promovendo um salto institucional, em 2014 foi realizado o **I Encontro de Internacionalização** sob o tema "Atores do Desenvolvimento Econômico, Político e Social diante do Direito do Século XXI".

Realizado em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Barcelona, o evento atraiu os olhares dos acadêmicos europeus

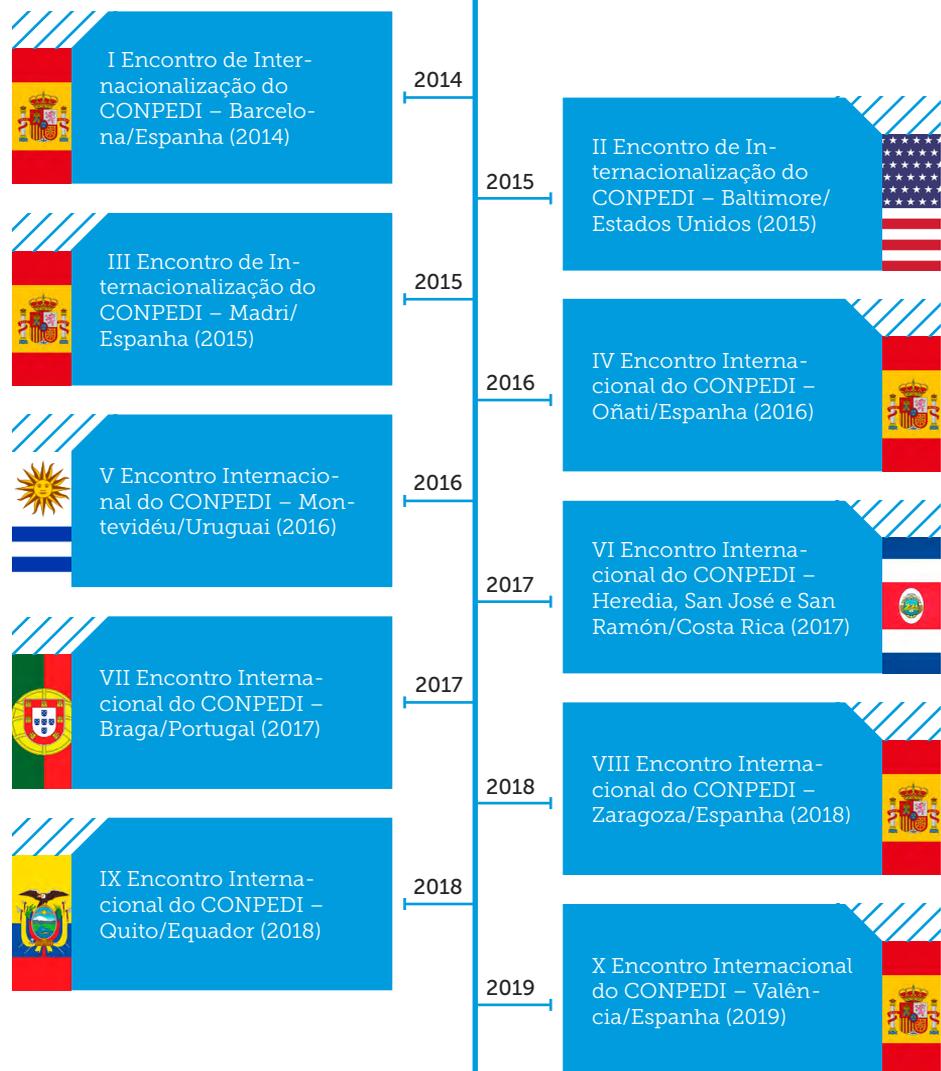
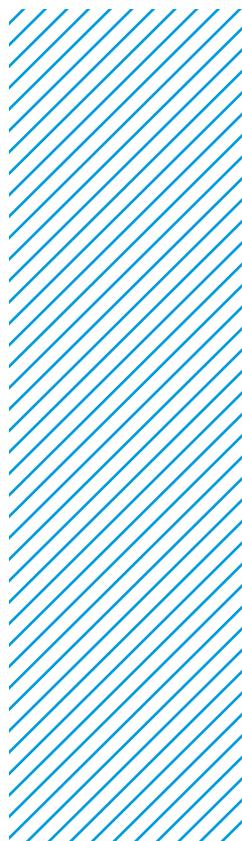
para a produção brasileira.

Era inicialmente uma ideia modesta, mas que acabou representando um marco decisivo para o desenvolvimento e intercâmbio das pesquisas desenvolvidas nos programas de Mestrado e Doutorado do Brasil. Resultado que surpreendeu a todos, tendo sido apresentados 265 trabalhos brasileiros divididos em dezoito temáticas. Uma oportunidade singular em que pós-graduandos, mestres e doutores puderam tornar visíveis suas pesquisas perante a comunidade internacional e que projetaria os Encontros seguintes.

Além de permitir maior visibilidade da pesquisa jurídica nacional, os eventos internacionais do CONPEDI possibilitou a criação de redes entre Programas nacionais e internacionais

CONPEDI Internacional

Eventos internacionais realizados pelo CONPEDI desde 2014.



em busca da consagração da pós-graduação em Direito no Brasil.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Buscando atender mais e melhor o conjunto dos associados do CONPEDI, em 2016 foi imprescindível dar início a um processo de profissionalização da comunicação institucional da Entidade. E, para isso, implementou-se um setor exclusivo de comunicação formado por um conjunto de profissionais com o desígnio de produzir conteúdo interativo e de interesse para toda a Área, em diversos formatos e plataformas.

Para além das informações já usuais, o **Portal CONPEDI** passou a expandir seu conteúdo visando se consolidar como referência na difusão da pesquisa jurídica e contribuir cada vez mais para o fortalecimento da Pós-Graduação. Com notícias institucionais do CONPEDI e dos Programas associados, o usuário ainda encontra informações sobre eventos e atividades acadêmicas, além de editais e publicações.

O projeto editorial da **Revista CONPEDI** tornou-se outro marco alcançado pela equipe de comunicação nos últimos anos. Contando com nove edições, ela encontra-se em constante transformação e busca abordar os principais temas da Área com a participação de respeitáveis articulistas e entrevistados, além de se tornar uma guardiã da memória institucional do Conselho.

Uma das marcas de todo esse trabalho encontra-se no processo de produção das identidades visuais



de nossos Encontros e Congressos. Cada vez mais originais, as artes de divulgação passaram com mais apreço às cidades sedes e às temáticas dos eventos.

A **TV CONPEDI** também converteu-se em um importante espaço de disseminação dos debates dentro da Sociedade Científica do Direito, com dez quadros fixos em nosso canal do Youtube, como o Direto ao Ponto, Giro CONPEDI, #ComoFaz, além de reportagens especiais. Com mais de 100 vídeos lançados desde 2017, nosso Canal busca compartilhar o que acontece durante os eventos, além de conteúdo exclusivo sobre os principais debates da Área e da pesquisa científica.

Também em 2016, lançamos o **Aplicativo do CONPEDI**, visando tornar a divulgação das informações dos nossos eventos mais fáceis, na palma da mão dos nossos associados. Buscando maior sustentabilidade ambiental, a nova ferramenta permitiu substituir uma significativa quantidade de papel pela facilidade de acessar todas

Para além da cobertura dos eventos do CONPEDI, a equipe de comunicação da entidade trabalha para produzir conteúdo exclusivo e de interesse para toda área.

2018 Arquivo CONPEDI

as informações necessárias em um smartfone ou tablet.

Nossas mídias sociais também são o local de compartilhamento das últimas notícias sobre o que acontece no CONPEDI. No facebook, além de divulgar as informações, abrimos um canal de diálogo com nosso público. Com a marca de 21 mil curtidas, publicamos mais de 1000 notícias nestes últimos três anos. A mais nova ferramenta de divulgação é o Instagram, que em pouco tempo vem alcançado engajamento orgânico de seguidores, além de ser utilizado para informar em tempo real o que acontece durante nossos eventos.



O Portal CONPEDI é referência para a pesquisa jurídica. Nele é possível encontrar notícias, publicações e informações sobre os principais eventos da instituição e seus parceiros.

2019 Arquivo CONPEDI



Realização:



Parceiros:



Apoio:



XXVIII

Congresso Nacional do CONPEDI Belém – PA

DIREITO, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS: AMAZÔNIA DO SÉCULO XXI

Somando esforços a parceiros institucionais, o CONPEDI leva seu próximo Congresso Nacional para o estado do Pará, o mais populoso de toda Região Norte do país.

A realizar-se em Belém, o evento coroa o ano de 2019 e a busca incansável da Entidade em integrar academicamente toda a rede de pós-graduação em Direito do Brasil. Marcado pela comemoração dos 30 anos do Conselho, o Congresso é uma oportunidade sem igual para o conjunto da Área, que reunida nos dias **13, 14 e 15 de novembro**, poderá reafirmar suas metas e planos de fortalecer cada vez mais a pesquisa jurídica nacional.

Além disso, a Cidade, assim como toda região, é um atrativo cultural e de belezas naturais que os participantes não devem deixar de desfrutar.

Inicialmente denominada por Santa Maria de Belém do Pará, em 400 anos, o antigo porto fundado pelos portugueses com o intuito de fortalecer estrategicamente a Foz do Rio Amazonas, tornou-se o segundo município mais populoso da Região.

Mercado Ver-o-Peso

Considerado como uma das maravilhas do estado. Foi eleito uma das 7 Maravilhas do Brasil por ser um dos mercados públicos mais antigos do Brasil.

Shutterstock



Repleta de história, a cidade portuária é localizada ao extremo nordeste da maior floresta tropical do mundo. Conheceu de perto o apogeu do ciclo da borracha entre os anos 1890 e 1920, assim como sua decadência anos mais tarde.

No limiar do século XX, por ordem do então intendente Antônio Lemos, passou a ser arborizada com mudas de mangueiras trazidas diretamente da Índia. Mesmo já não esbanjando a mesma quantidade imponente de árvores, é até hoje conhecida como Cidade das Mangueiras.

Suas importantes fortificações, igrejas, monumentos, parques e museus, completam-se com a chuva morna que costuma desabar e o tacacá servido na cuia, no meio da tarde.

A BUSCA POR UM MODELO DE VIDA SUSTENTÁVEL

Como temática principal, o evento busca promover uma ampla discussão sobre o desenvolvimento

amazônico por meio do olhar da pesquisa jurídica existente.

O processo desencadeado pela Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, promoveu um conjunto de transformações visíveis em escala global. Para além do desenvolvimento tecnológico, o uso intensivo de combustíveis fósseis e o despejo indiscriminado de lixo urbano e efluentes químicos nas águas passou a provocar danos ambientais consideráveis. Especialmente em nações que sofreram durante anos com a agressiva prática da extração de suas riquezas naturais com o propósito de alimentar os fornos e indústrias do progresso.

A partir de então florestas estão desaparecendo, desertos

espalhando-se, há extinção em massa de espécies, poluição de oceanos e rios, sem contar a produção de lixo em virtude da pressão demográfica.

Sendo assim, a atroz destruição do meio ambiente não é fato novo. Trata-se de um já conhecido dilema da humanidade, que por volta dos anos 60 foi alvo de atenção de um conjunto de movimentos sociais que emergiram reivindicando medidas de proteção ambiental e uma ampla mudança nos hábitos e valores sociais, visando estabelecer um paradigma de vida sustentável.

FLORESTAS ESTÃO DESAPARECENDO, DESERTOS ESPALHANDO-SE, EXTINÇÃO EM MASSA DE ESPÉCIES, POLUIÇÃO DE OCEANOS E RIOS, SEM CONTAR A PRODUÇÃO DE LIXO EM VIRTUDE DA PRESSÃO DEMOGRÁFICA.



AMAZÔNIA DO SÉCULO XXI

No centro desse equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade encontra-se o Brasil, detentor de uma riqueza ambiental distribuída em seu vasto território, assim como em sua faixa litorânea.

O País também destaca-se por possuir uma das maiores parcelas da maior floresta tropical do mundo:

a Amazônia. Região que compreende 60% do território nacional, distribuído entre oito estados, concentrando em 350 milhões de hectares de floresta a maior biodiversidade do planeta e uma extraordinária reserva mineral, além de 25 mil km de vias navegáveis e abrangendo 20% de toda água doce do mundo.

Na medida em que as demais grandes áreas do planeta encontram-se densamente povoadas ou submetidas a condições climáticas extremas, cresce o interesse internacional sobre a Amazônia brasileira em virtude de suas características únicas.

Em mais de 500 anos de história, o processo de ocupação da Amazônia brasileira tem sido disputado por distintas correntes ideológicas. Recentemente essa questão foi exposta diante do recrudescimento dos focos de queimadas na Floresta, despertando a reação nacional e mundial.

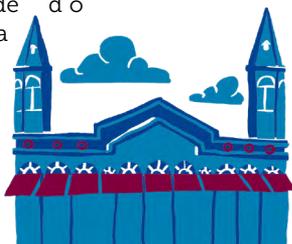
Historicamente o modelo de ocupação da Amazônia esteve assentado nas atividades extrativistas de produtos primários para suprir a necessidade de matéria prima dos grandes centros industriais. A simples exportação baseada em produtos primários não agrega valor, muito menos o excedente necessário para o desenvolvimento local, reproduzindo um perpétuo cenário de pobreza e desigualdade.

O PAPEL DA PESQUISA JURÍDICA

Em meio a emergência de uma economia verde do conhecimento, centrada no uso intensivo da ciência e tecnologias apropriadas, torna-se cada vez mais plausível que possamos caminhar para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

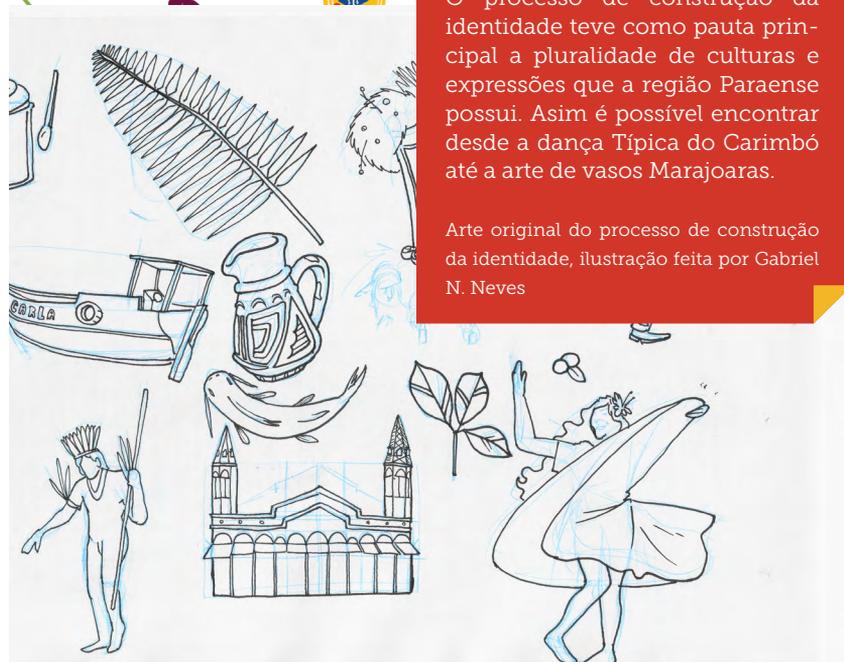
Nesse sentido e contexto, o meio jurídico já não pode vislumbrar o ambiente como tema de menor relevância, cabendo a Área o estudo e reflexão sobre possibilidades de desenvolvimento sustentável e a garantia de dignidade social na Região.

FLORESTAS ESTÃO DESAPARECENDO, DESERTOS ESPALHANDO-SE, EXTINÇÃO EM MASSA DE ESPÉCIES, POLUIÇÃO DE OCEANOS E RIOS, SEM CONTAR A PRODUÇÃO DE LIXO EM VIRTUDE DA PRESSÃO DEMOGRÁFICA.



O processo de construção da identidade teve como pauta principal a pluralidade de culturas e expressões que a região Paraense possui. Assim é possível encontrar desde a dança Típica do Carimbó até a arte de vasos Marajoaras.

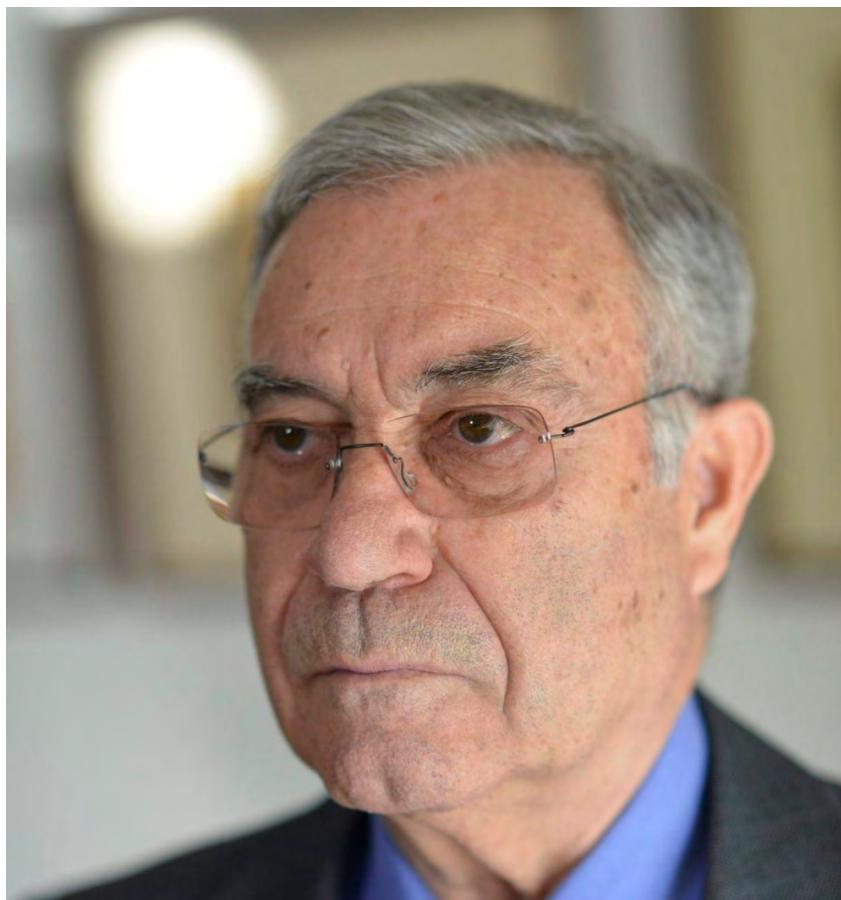
Arte original do processo de construção da identidade, ilustração feita por Gabriel N. Neves





ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

Em reconhecimento ao seu amplo trabalho de investigação que perpassa temas do Direito e da história das idéias econômicas, o XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI ressalta a trajetória do acadêmico português, catedrático jubilado da Universidade de Coimbra.



de missões científicas, quer para conferências e outros eventos.

Em 1986 foi agraciado com a Ordem do Rio Branco, condecoração oferecida pelo governo brasileiro. Assim como em maio de 2013 foi eleito por unanimidade Membro Honorário da Academia Brasileira de Ciências Jurídicas. Possui os títulos de doutor honoris causa pelas Universidades Federais do Paraná, Alagoas e Paraíba, além de figurar como vice-presidente do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

Nos anos de 2001, 2004 e 2007, mediante convite do Ministério da Educação do Brasil, participou como observador estrangeiro nos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal dos cursos de pós-graduação em Direito.

ORIGENS

Nasceu em 16 de dezembro de 1939, na cidade portuguesa de Pinhel, província da Beira Alta, que na época contava com pouco mais de 3000 habitantes, os quais viviam, em regra, pobremente, salvo alguns poucos membros da aristocracia rural. Filho de José Nunes Martinho e de Maria Augusta Avelãs Nunes, um alfaiate e uma costureira, presenciou de perto a penúria de um povo que muitas vezes tinha para o almoço apenas um pedaço de pão centeio, tomate e uma cebola, quando na melhor das hipóteses um pouco de carne de porco.

Sua história acadêmica é marcada pela riqueza de conhecimento. Sua obra é tão grande quanto sua personalidade, a atenção que sempre dedicou aos estudantes e seu compromisso com a reflexão crítica.

Bastante conhecido nos meios acadêmicos do Direito brasileiro, Avelãs Nunes já foi objeto de honrarias e de inúmeras manifestações de apreço.

Inclusive do próprio CONPEDI, que na ocasião do seu XX Encontro Nacional realizado em 2011, agraciou o mesmo com o título de Sócio Honorário em retribuição aos relevantes serviços prestados à pesquisa e à pós-graduação jurídica.

Sua relação com o Brasil é de longa data e ao longo dos anos, tornou-se frequentemente presente em nosso país, quer no desempenho

Por não existir ensino secundário para além do 5º ano, aos quinze anos partiu para Coimbra em busca de continuar sua instrução. No Liceu D. João III, com auxílio do diretor, conseguiu almoço gratuito e uma ajuda de custo anual que o permitiram viver e estudar.

UNIVERSIDADE E MILITÂNCIA POLÍTICA

Imerso nos anos de autoritarismo do regime fascista e autoritário do Estado Novo português, Avelãs Nunes engajou-se na atividade de diretor do Jornal Via Latina, publicação editada pela Associação Académica de Coimbra e que mais tarde foi suspensa pelo Governo de Salazar.

Licenciou-se, com elevada classificação, na prestigiada Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em outubro de 1962. Engajou-se na construção de inúmeras conferências e colóquios sobre temas de economia, inserida na sua luta ideológica contra o fascismo. Em virtude disso, teve recusada por razões políticas sua nomeação de acesso para a carreira da magistratura e para tornar-se professor assistente da Faculdade de Direito.

Sendo assim, iniciou seu estágio visando o exercício da advocacia e passou a frequentar o Curso Complementar de Ciências Jurídicas, com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, que viria concluir em 1968 depois de cumprir o serviço militar obrigatório.

Ultrapassados os obstáculos levantados pela polícia política portuguesa, tornou-se professor assistente em 1967. No ano de 1969, o então pouco conhecido advogado português ganhou notoriedade ao envolver-se em uma polémica discussão teórica

com o Prêmio Nobel de Economia Jan Tinbergen (1903-1994). Entre 1973 e 1974, com vista à preparação do doutoramento, passou a trabalhar em Paris no Institut de Science Économique Appliquée sob a orientação do professor François Perroux (1903-1987), conhecido pelo desenvolvimento de sua teoria dos polos de crescimento.

Com a Revolução dos Cravos (1974), exerceu as funções de secretário de Estado dos Desportos e Ação Social Escolar e posteriormente secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica. Em 1976 tomou posse como investigador da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no departamento de Ciências Económicas.

Em 1984 defende sua dissertação sobre Industrialização e Desenvolvimento - a economia política do modelo brasileiro de desenvolvimento, obtendo assim o grau de doutor em Direito e tornando-se professor auxiliar. Em 1988 foi aprovado por unanimidade no concurso para a vaga de Professor Associado, tendo sua nomeação definitiva com sua agregação aos quadros da Faculdade no ano de 1993. Tornou-se professor catedrático em julho de 1995 e desempenhou em sua carreira inúmeros cargos e funções dentro da carreira universitária.

Em 2003 passou a ocupar a função de Vice-Reitor da Universidade, até o ano de sua jubilação, em 16 de dezembro de 2009, coroando assim mais de 40 anos no lugar onde, em suas palavras, "mais aprendeu do que ensinou". Autor de uma extensa

Sua relação com o Brasil é de longa data e, ao longo dos anos, tornou-se frequentemente presente em nosso país. Quer no desempenho de missões científicas, quer para conferências e outros eventos.

obra publicada, livros e artigos sobre temas de sua especialidade, destacam-se os dedicados ao estudo do capitalismo e neoliberalismo, bem como os centrados na problemática econômica e social europeias.

Com seu amplo conhecimento da história das ideias econômicas e preocupado em ajudar a formar bons juristas capazes de compreender o Direito como produto social intimamente ligado à evolução econômica das sociedades capitalistas.

Antônio Carlos Diniz Murta entregando título de sócio honorário ao Prof. Dr. Antônio José Avelãs Nunes, durante o XX Encontro Nacional do CONPEDI Belo Horizonte-MG 2011

2011 Arquivo CONPEDI





DIREITO CESUPA

RENOVAÇÃO NO ENSINO
JURÍDICO PARAENSE

Texto: Lali Mareco

Duas décadas. Esse é o tempo de história do curso de Direito do Centro Universitário do Estado do Pará - Cesupa. Os 20 anos completados em 2019 entrelaçam-se aos quase 30 anos de fundação do Centro Universitário que é a sua casa. O Cesupa e seu curso de Direito conquistaram maturidade e são reconhecidos para além das divisas que limitam o Pará do restante do país, dado ao caráter de comprometimento em busca de uma Educação Superior que transforme não somente os alunos, mas a comunidade.

A concepção desse projeto é fruto do entusiasmo de João Paulo do Valle Mendes, fundador do Cesupa, por uma educação inovadora e integradora. A base tida como inspiração para a construção do curso surgiu com o livro "O Primeiro Ano - Como se faz um advogado", do norte-americano Scott Turow. João Paulo Mendes adquiriu um exemplar da obra no aeroporto e com a leitura feita durante o voo entre Rio de Janeiro e Belém captou a essência do que seria o alicerce do curso a ser inaugurado pelo Cesupa.

"O projeto do curso que desejávamos ver implantado carregava a esperança de que não apenas o Direito, mas

"O projeto do curso que desejávamos ver implantado carregava a esperança de que não apenas o Direito, mas também o Cesupa, pudessem tornar as instituições mais fecundas, mais humanas e mais justas, conforme inspirou Turow."

Sérgio Mendes, reitor do Cesupa.

também o Cesupa, pudessem tornar as instituições mais fecundas, mais humanas e mais justas, conforme inspirou Turow", revela o reitor do Cesupa, Sérgio Mendes.

Foi a partir da preocupação em trabalhar uma nova proposta curricular no ensino jurídico paraense que o curso de Direito começou a ser esboçado. Naquele momento, na capital, somente duas graduações em Direito eram ofertadas e o projeto planejado pelo Cesupa buscava se dedicar a olhares até então inéditos sobre a educação jurídica no estado.

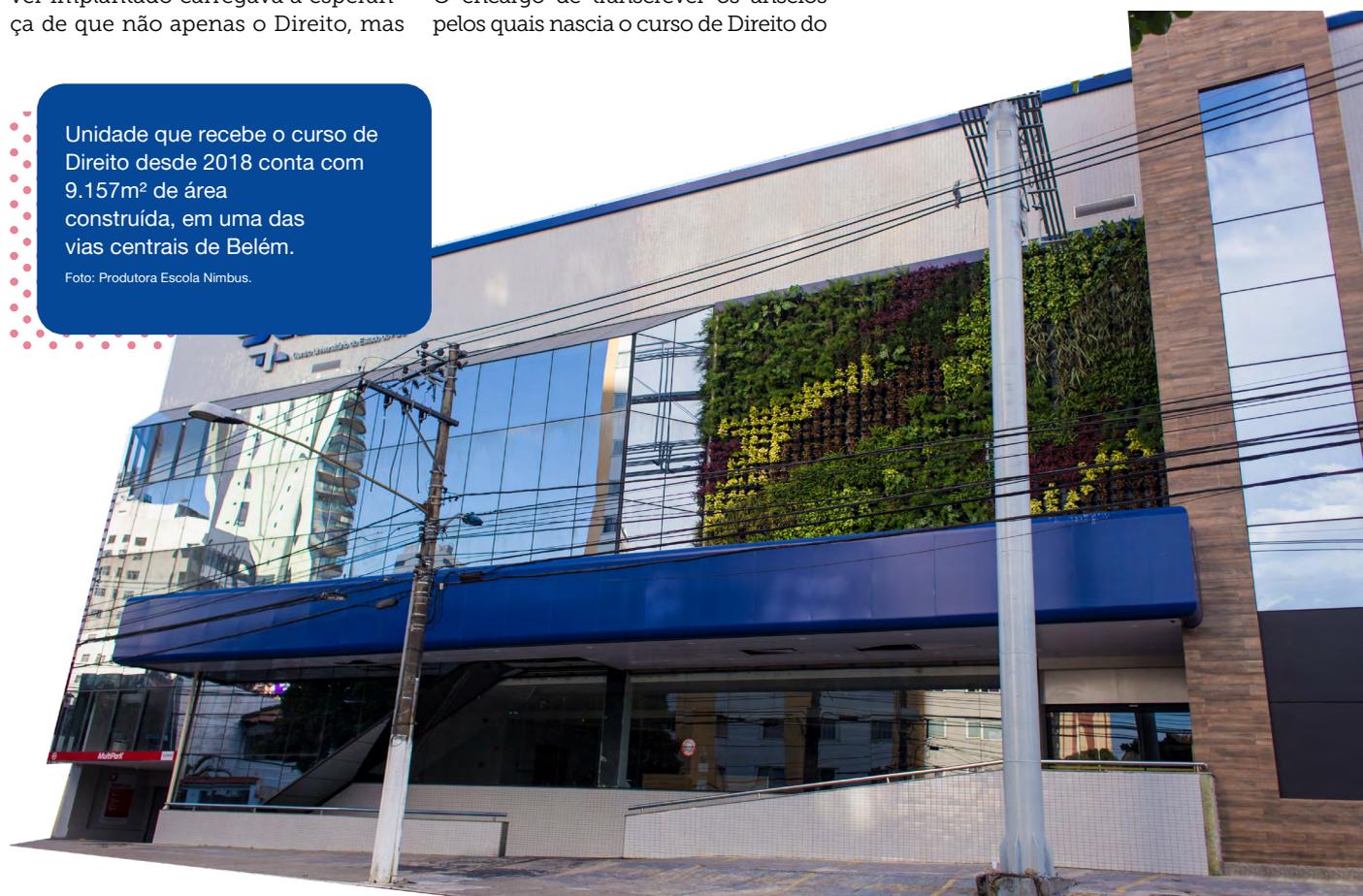
O encargo de transcrever os anseios pelos quais nascia o curso de Direito do

Cesupa foi dos professores e advogados Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e de seu pai Nelson de Figueiredo Ribeiro. A escolha se deu pela reconhecida competência de ambos e pelas ligações de amizade e confiança mútuas com os dirigentes da instituição.

Em linhas gerais, o curso nasceu com a intenção de trazer uma reflexão mais dedicada à metodologia do ensino do Direito. Além de apresentar disciplinas que, nos idos dos anos 90, começavam a ser discutidas como obrigatórias no currículo - como História do Direito, Filosofia e Sociologia - o curso do Cesupa trazia

Unidade que recebe o curso de Direito desde 2018 conta com 9.157m² de área construída, em uma das vias centrais de Belém.

Foto: Produtora Escola Nimbus.



“A formação que recebi no curso de Direito do Cesupa foi essencial não apenas para minha vida profissional, mas também para a minha vida pessoal. Aprendi, com docentes qualificados e engajados, que a formação técnica sempre deve ser aliada à formação de valores, que acabam marcando a nossa identidade.”

Arthur Laércio Homci, egresso e hoje coordenador do curso.

matérias que a IES acreditava serem necessárias à discussão em um estado amazônico, como Direito Sanitário e Direito Minerário.

“Todos sabem que se criou em torno do Sistema Único de Saúde (SUS) um direito próprio, que é o Direito Sanitário, e nenhum curso tinha essa proposta ou chegava a refletir sobre isso. Outro exemplo, é que os cursos naquela época não tinham disciplinas obrigatórias de Direitos Humanos e a ideia proposta pelo Cesupa era tornar isso obrigatório”, lembra o professor Sandro Alex Simões, que atuou como coordenador do curso por aproximadamente 13 anos.

Nessa direção, o ensino jurídico no Cesupa busca a formação integral do aluno a partir de uma matriz curricular ampla e que equilibra os conhecimentos teóricos, profissionais, práticos e humanísticos. É com esse perfil que desde sua fundação, o curso de Direito do Cesupa já graduou mais de 2.500 profissionais, que hoje atuam nas mais diferentes esferas desse universo.

Entre as tantas carreiras profissionais que tiveram o Cesupa como ponto de partida, está a de Nathália Mariel de Souza. Tendo o curso de Direito como escolha, ela conta que encontrou no Cesupa oportunidades que a ajudaram a compreender e definir

os caminhos pelos quais seguiria em sua vida profissional. “O Cesupa foi fundamental, pois fugiu do parâmetro do Direito muito legalista. Com as Clínicas Jurídicas e com professores sempre trazendo experiências sociais e de outras ciências para incrementar o conhecimento, pude ter a oportunidade de ampliar meu horizonte”, conta Nathália, que também elenca as experiências como monitora nas disciplinas de Direito Civil e Processo Civil, além da atuação na clínica voltada para o estudo dos direitos dos Quilombolas. Graduada há nove anos, Nathália compila em seu currículo experiências em diferentes posições na carreira, como servidora pública e atualmente é Procuradora da República.

É para proporcionar essa diversidade profissional e de saberes que o curso tem a integração como linha mestra de seu projeto acadêmico. Nessa perspectiva, fica evidente a aproximação da teoria e da prática, a integração disciplinar e de ensino-serviço sempre considerando o equilíbrio entre a formação do cidadão e a formação profissional.

Para atuar de forma consoante ao seu propósito de inovação, o Cesupa vem ampliando os cenários para que seus alunos possam desempenhar o papel principal em suas jornadas durante a formação. Pensando nisso,

a Instituição de Ensino Superior (IES) tem se colocado ao lado de parceiros capazes de enriquecer experiências vivenciadas pelos estudantes no processo de construção do saber.

A preocupação inicial com o caminho metodológico do curso de Direito voltou à tona com o alinhamento do Cesupa a outras instituições na busca por boas práticas. Um exemplo é a rede formada a partir de 2012 pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Cesupa, entre outras IES, para discutir e refletir sobre o ensino jurídico, além de promover a formação de professores na área. Foi a partir dessa cooperação que o Cesupa, juntamente com a UFPA, sediou em junho de 2017, o VI Seminário Nacional de Ensino Jurídico e Formação Docente, reunindo mais de 160 participantes, entre professores, gestores e alunos de pós-graduação em Direito de todo o país.

Integrar o Consórcio STHEM Brasil, parceiro da LASPAU/Harvard, a partir de 2015, foi um dos movimentos feitos pelo Cesupa para a capacitação de seus docentes na aplicação de metodologias diferenciadas de ensino. Com o auxílio dessas metodologias, o curso de Direito tem estimulado a compreensão dos conteúdos ao mesmo tempo em que desenvolve diferentes habilidades de seus alunos. Peer Instruction, Team Based Learning (TBL), Role-playing, sala de aula invertida e gamificação são exemplos de metodologias já adotadas pelo curso e que buscam proporcionar aos estudantes maior autonomia na compreensão e na aplicação de seus conhecimentos.

“A formação que recebi no curso de Direito do Cesupa foi essencial não apenas para minha vida profissional, mas também para a minha vida pessoal. Aprendi, com docentes qualificados e engajados, que a formação técnica sempre deve ser aliada à formação de valores, que acabam marcando a nossa identidade. Ver a seriedade do projeto desenvolvido

e a capacidade e envolvimento dos sujeitos que dele participam me fez querer retornar à casa - pouco tempo depois de formado - para contribuir como docente nesta bela empreitada de transformação dos nossos jovens, por meio de um ensino jurídico de excelência. Aqui, diariamente, vejo meus sonhos sendo realizados também pelas conquistas de nossos alunos”, relata Arthur Laércio Homci, graduado em Direito pelo Cesupa em 2009 e que, 10 anos depois, vivencia a experiência com outro olhar, sendo agora o coordenador do curso.

APLICAÇÃO

Com a convicção de que o aprendizado é ainda mais estimulado quando experimentado de forma ativa, o curso de Direito do Cesupa conta com uma série de cenários nos quais

os estudantes atuam em casos práticos, garantindo ainda na faculdade a oportunidade de vivenciar experiências reais, como se já estivessem no mercado de trabalho.

Para essa vivência, dentro da estrutura física e curricular do curso, os estudantes contam com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), atualmente coordenado pelo professor Adelman Oliverio Silva. A partir do 8º período, os alunos iniciam a trajetória no NPJ, onde atendem a comunidade em casos das diferentes áreas do Direito, buscando a negociação e a solução consensual de conflitos. Orientados e supervisionados por professores, os alunos que atuam no NPJ assistem, em média, 500 pessoas por semestre.

A possibilidade de os alunos vivenciarem a experiência complementar dentro da faculdade surgiu ainda

no desenho estrutural do curso. Era um desejo do Cesupa, antes mesmo da obrigatoriedade curricular, que a prática jurídica experimentada por estudantes deixasse de ser em locais terceirizados, como escritórios, e passasse a ocorrer dentro do ambiente da IES.

Além de atender às demandas espontâneas da população, o NPJ também recebe encaminhamento de casos através de parcerias firmadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), com a Defensoria Pública do Estado do Pará e com o Conselho Regional de Medicina. É por meio da parceria com o TJPA, por exemplo, que estagiárias do NPJ atuam na esfera não-criminal, na proteção judicial e aconselhamento extrajudicial de mulheres em situação de violência doméstica. O atendimento é realizado na sede da Fundação Pro Paz Mulher, mantida pelo Governo do Estado do Pará, onde as assistidas contam com uma rede integrada de serviços.

É ainda no NPJ que os integrantes das duas clínicas jurídicas existentes no curso de Direito do Cesupa desempenham o caráter prático de suas atuações. Com foco na construção de novos instrumentos para proteção e promoção dos Direitos do Consumidor, a Clínica Jurídica de Prevenção e Combate ao Superendividamento, sob a coordenação do professor Felipe Guimarães de Oliveira, oferece atendimentos para cidadãos que se encontram em situação de superendividamento financeiro através de orientações, além de atuar em mediações e conciliações com as entidades.

Já a Clínica de Direitos Humanos, atualmente coordenada pela professora Natalia Mascarenhas Simões Bentes, dedica-se à elaboração de títulos que envolvam a proteção e promoção dos Direitos Humanos. Com isso, suas atividades têm alcançado a promoção de assistência jurídica em questões relacionadas à regularização migratória e à violência de gênero, a refugiados, à população LGBTIQ e à pessoa com deficiência. Parte desses atendimentos é realizada a partir de parcerias firmadas com organizações, como a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa),

Membro da CDH, João Gazel (ao centro) recebe menção honrosa por participação na National Model United Nations (NMUN), em 2017.

Foto: Arquivo pessoal.



a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB/PA).

É ainda por meio de parcerias com a Seção Judiciária do Pará – Tribunal Regional Federal da 1ª Região e com o Juizado Especial, que os alunos do Cesupa contam com outros cenários de atuação prática proporcionando a pluralidade de experiências e conhecimentos no decorrer de suas vidas acadêmicas.

Outro ambiente disponível dentro da IES para o exercício dessas e de outras habilidades é o Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Júnior - Niej, onde são realizados Projetos de Extensão que envolvem os alunos em diversos cenários de necessidades da comunidade amazônica. Atualmente 65 estudantes do curso de Direito fazem parte das equipes de nove projetos do Niej, entre eles o Ilhas Legais, que leva acesso à informação para moradores de regiões ribeirinhas. É por meio do Ilhas Legais que muitos moradores tomam conhecimento de seus direitos e deveres, além de

terem acesso a serviços jurídicos e consultorias organizadas pelos estudantes.

RECONHECIMENTO

O compromisso em oferecer uma educação de qualidade a partir do alto nível do corpo docente, abordagens teóricas aprofundadas e de um projeto pedagógico sólido, tem rendido ao curso de Direito do Cesupa uma série de certificações. Em 2019, o curso alcançou, pelo segundo ciclo avaliativo seguido, o conceito máximo 5 no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).

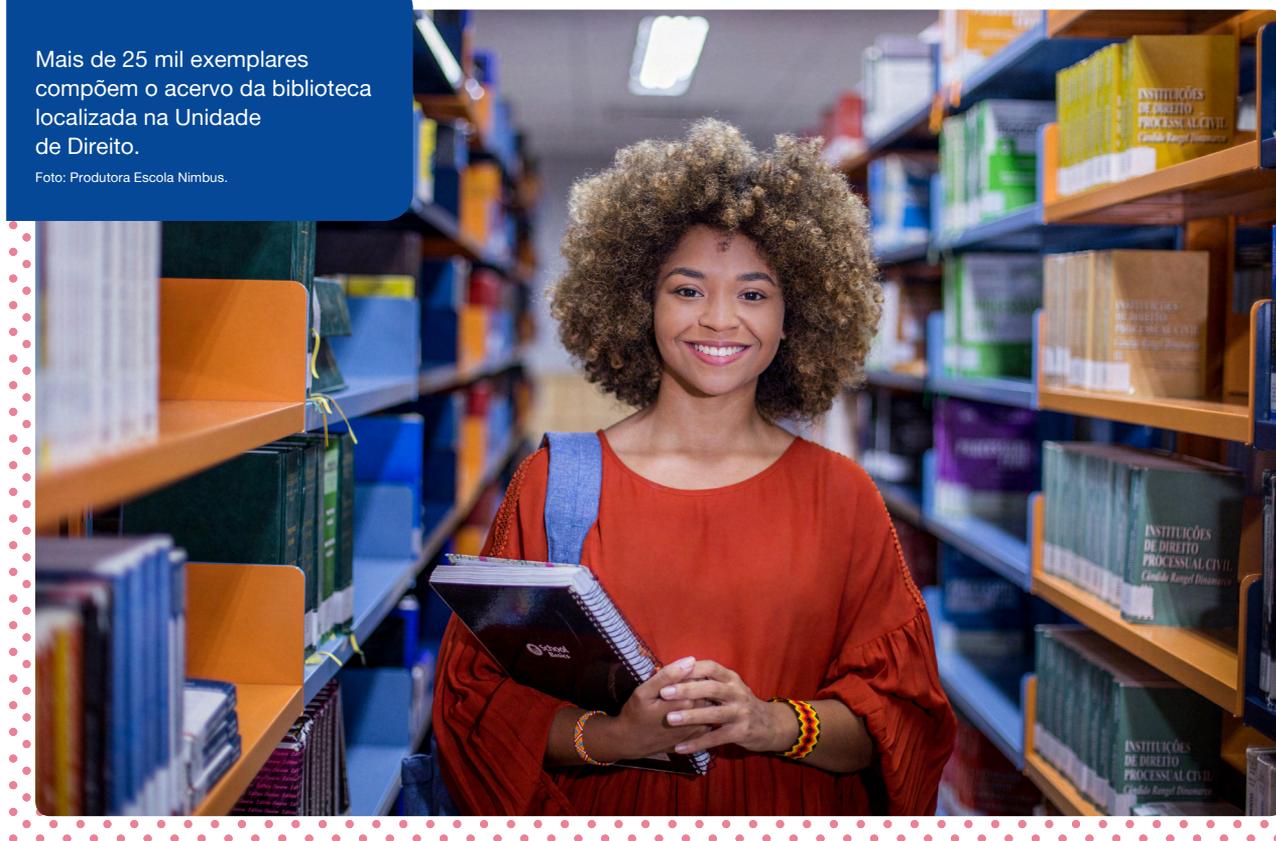
Ainda neste ano, o curso conquistou pela 4ª vez consecutiva o Selo OAB Recomenda, que considera a aprovação de alunos no Exame de Ordem e o desempenho no Enade. Na edição de 2019, o curso do Cesupa foi o único ofertado por uma instituição privada em toda a Região Norte a receber o selo. Outro

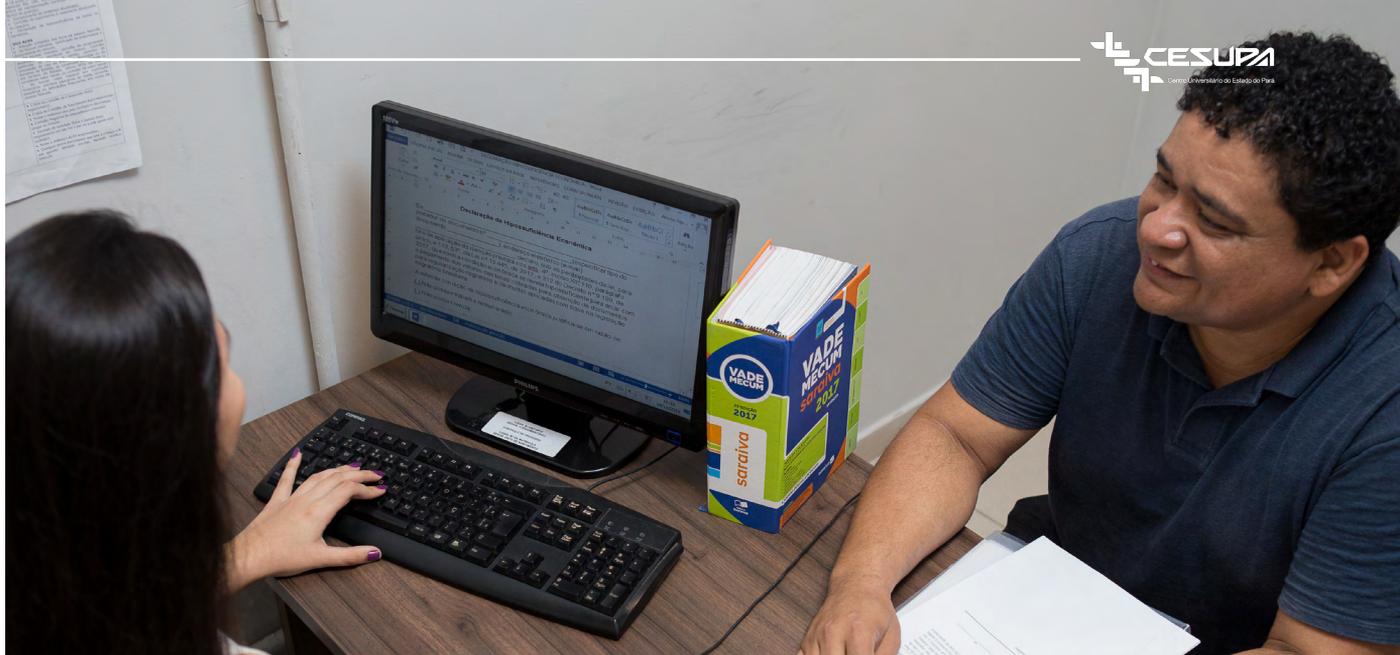
resultado expressivo é apontado pelo Ranking Universitário Folha (RUF) de 2019, que coloca o curso em 1º entre os 236 ofertados por IES privadas das regiões Norte e Nordeste. Também de acordo com os dados do RUF, o curso figura na 18ª posição entre os 825 ofertados por instituições privadas no país.

Os avanços fazem parecer mais distante o momento em que o curso recebeu o seu primeiro reconhecimento formal dentro do processo de regulação. Em 2004, em uma sustentação oral realizada no Conselho Federal da OAB, estavam presentes apenas Sandro Alex Simões, então coordenador do curso, e Sérgio Mendes, naquela época vice-reitor do Cesupa. O reconhecimento, necessário para a validação dos diplomas da primeira turma do curso, veio após uma série de elogios da banca que assentia o projeto apresentado pelo Cesupa como um diferencial no ensino jurídico para aquele tempo. “Naquele momento sentimos que, depois de uma série de criticismo e ceticismo, ninguém mais parava o curso”, relembra Sandro Alex.

Mais de 25 mil exemplares compõem o acervo da biblioteca localizada na Unidade de Direito.

Foto: Produtora Escola Nimbus.





Em cabines reservadas, o NPJ atende, em média, 500 assistidos por semestre.

Foto: Produtora Escola Nimbus.

PESQUISA

O fomento à iniciação científica é caminho de ligação entre graduação e pós-graduação em Direito no Cesupa. Atualmente nove Grupos de Pesquisa estão em atividade, sendo eles: "Concretização dos Direitos Fundamentais e sua fundamentação: abordagens a partir da Teoria do Processo, da Análise Econômica e das Teorias da Justiça"; "Democracia, Poder Judiciário e Direitos Humanos"; "Hermenêutica dos direitos fundamentais no sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos"; "Emprego, Subemprego e Políticas Públicas na Amazônia"; "Direito, Desenvolvimento Sustentável e Amazônia"; "História do Direito Público: evolução semântica dos conceitos de cidadania, soberania e nacionalidade"; "Tributação Ambiental e Desenvolvimento"; "Consumo responsável e globalização econômica" e "Direitos Humanos e inteligência artificial".

Com a atuação dos grupos, a discussão em torno de temas emergentes é ampliada e amadurecida, proporcionando a criação de redes de pesquisas que estimulam ainda mais a produção acadêmica e o incremento da cadeia

de conhecimento, que envolve docentes e discentes do curso de Direito do Cesupa nas áreas de graduação e pós-graduação.

EVOLUÇÃO

A história da pós-graduação em Direito no Cesupa começa em 2006, sete anos após a inauguração da graduação. A especialização em Direitos Difusos e Coletivos inicia a trajetória do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). O foco do curso de estreia foi resultado de debates entre professores, entidades de políticas públicas, além do Ministério Público e Poder Judiciário.

Durante alguns anos, a oferta da pós-graduação lato sensu em Direito do Cesupa ocorreu a partir de convênios com instituições de diferentes segmentos, como Tribunal de Justiça do Pará, Escola Superior de Magistratura, Ministério Público, Escola Superior da Advocacia, Escola da Magistratura Trabalhista, Defensoria Pública e Instituto de Terras do Pará.

A estrutura permaneceu assim por alguns anos até que em 2014, um novo projeto foi formulado para os

cursos lato sensu no campo do Direito, sob a coordenação de João Paulo Mendes Neto. "Com a oferta das especializações em Direito Tributário e Direito Previdenciário, o público da pós-graduação passa a ser composto não apenas de agentes públicos, mas também de profissionais de diversas áreas de formação e atuação. E essa transformação é muito interessante", relata o professor João Paulo Neto.

Desde sua implantação, a área do Direito lato sensu já contou com mais de 40 turmas, envolvendo um universo de aproximadamente 1.600 alunos. Por meio da parceria com a OAB/PA, é oportuno destacar as especializações ofertadas nos municípios de Xingúara e Altamira, implementando o processo de interiorização do projeto previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Ainda que tenha passado por uma transformação em seu processo de abertura de cursos, a pós-graduação lato sensu continua fomentando laços institucionais por meio de suas parcerias. Essa postura pode ser vista, muitas vezes, com a presença de professores convidados de instituições como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ESA e Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Prosseguindo a evolução natural, em 2012, o PPGD é autorizado a ofertar o Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, único com essa temática na Região Norte. Com as linhas de pesquisa "Direito, Políticas Públicas e Direitos Humanos" e "Direito, Ambiente e Desenvolvimento Regional", o mestrado tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento da pesquisa voltada para a atuação, debate e busca por soluções que o Direito contemporâneo enfrenta no cenário amazônico. O desenvolvimento do Mestrado ocorreu a partir do projeto elaborado pelos professores Jean Carlos Dias, Sandro Alex Simões e Paulo Klautau Filho.

Um dos primeiros mestrados em Direito ofertados entre as IES privadas na Região Norte, o curso surge como uma inovação ao estimular a formação de profissionais dotados de elevados padrões científicos, mas conscientes dos desafios do desenvolvimento na Amazônia e do papel do Direito enquanto ambiente de debate dos problemas que nascem nessa atmosfera.

A oferta stricto sensu cumpre também um papel significativo na costura da integração entre graduação e pós-graduação, uma vez que seu corpo docente permeia também o corpo docente da graduação, além de coordenar uma série de pesquisas desenvolvidas no ambiente do Cesupa. Além disso, é notável a realização de uma série de eventos conjuntos entre mestrado, especialização e graduação.

"Fomentando a prática acadêmica, todos os discentes do PPGD contemplados com bolsas do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PRO-SUP) têm a oportunidade de prestar estágio docente junto a graduação. Ademais, a IES oferece regularmente bolsas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PI-BIC), espaço em que vários docentes do PPGD têm a oportunidade de atuar como supervisores de iniciação científica", conta o coordenador do Mestrado, professor Jean Carlos Dias.

O estímulo para a qualificação de professores também é um panorama dentro do PPGD. A partir de uma política de incentivo institucional,

professores já atuantes no quadro da IES participaram da seleção e passaram a integrar o quadro de discentes do mestrado. Reflexo disso pode ser notado atualmente no quadro de professores da graduação que conta com 13 egressos do Mestrado em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, número que representa mais de 20% do quadro de professores. Atualmente, o curso de Direito do Cesupa conta, na graduação e na pós-graduação, com o total de 60 docentes, sendo 26 doutores e 34 mestres.

Buscando ampliar a pesquisa e produção intelectual, o Mestrado vem estabelecendo cooperações com outros programas, gerando oportunidades de intercâmbio. Nesse aspecto, vale ressaltar a cooperação com o PPGD da Universidade Federal do Pará (UFPA), que possibilitou a mobilidade discente e docente, além da formação compartilhada de grupos de pesquisa, realização de eventos e publicação de estudos de forma conjunta.

Em um cenário mais recente, o Projeto Conjunto de Cooperação em Pesquisa: Desenvolvimento Regional

e Direitos Fundamentais: os impactos do Federalismo Fiscal e da Judicialização de Políticas Públicas na Amazônia foi aprovado no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Desta maneira, desde 2018, uma rede integrada formada pelos programas de pós-graduação do Cesupa, do UniCEUB e da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP) investiga no plano teórico e empírico o subtexto do discurso do desenvolvimento a partir das linhas de pesquisa "Os impactos da atual repartição de tributos sobre a capacidade dos Estados e Municípios amazônicos fazerem frente aos desafios que lhes são impostos" e "A judicialização das políticas públicas no âmbito regional e os efeitos daí decorrentes".

Esta, em linhas gerais, é a história deste primeiro quinto de século do curso de Direito do Cesupa que, entre avanços e recuos, permanece comprometido com a formação de jovens, que possam transformar a sociedade, tornando-se não apenas operadores do Direito, mas distribuidores de justiça, em favor de um projeto digno de nação.

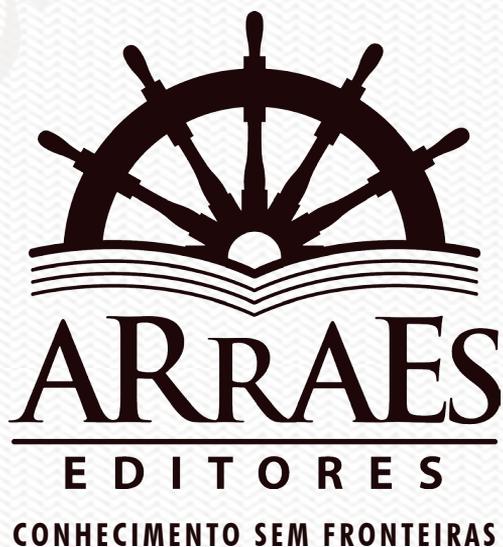
COORDENADORES

- **Paulo de Tarso Ramos Ribeiro**
1999
- **Angelina Panzuti**
1999 a 2002
- **Sandro Alex Simões**
2002 a 2006
- **Aline Chamié Kozlovski**
2006 a 2009
- **Sandro Alex Simões**
2009 a 2016
- **Loiane Prado Verbicaro**
2016 a 2018
- **Arthur Laércio Homci - 2018/atual**
2018/atual

Única editora no Brasil



sempre presente no CONPEDI divulgando seus autores e prestigiando este importante evento!



PUBLIQUE CONOSCO



www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br



Sociedade Científica do Direito

 Rua Lauro Linhares, 2123 - Bloco A
- Sala 801 - CEP 88036-003 -
Bairro Trindade - Florianópolis - SC

 (48) 3334 3077  (48) 9960-0140

 secretaria@conpedi.org.br

 www.conpedi.org.br

 facebook.com/copedioficial

 [@conpedi](https://www.instagram.com/conpedi)

 [@conpedi](https://www.twitter.com/conpedi)